Jornal O DIA SP

www.jornalodiasp.com.br QUARTA-FEIRA, 9 DE JUNHO DE 2021 Nº 24.926 Preço banca: R$ 3,50

Prefeitura de São Paulo vai contratar 200 leitos da rede privada

A prefeitura de São Paulo vai contratar, emergencialmente, 200 leitos da rede privada para atender pacientes que não estão com a covid-19. A contratação ocorre em um momento em que a ocupação dos leitos de unidades de terapia intensiva dos hospitais públicos da capital tanto para tratamento da covid-19 quanto para o de outras especialidades está muito alta. Para pacientes que não estão com a covid-19 atinge 90%, e para os casos da covid-19, já atinge 80% de ocupação.

"Nunca estivemos nessa situação. Normalmente, o que acontece é que quando sobe a ocupação do leito covid-19, acaba reduzindo a ocupação das outras especialidades e vice-versa. E assim íamos fazendo a reversão de leitos. Mas agora precisamos de um conjunto de leitos para atender a população que não está com covid. Pela primeira vez tivemos essa situação acumulada", disse na terça-feira, (8) Edson Aparecido, secretário municipal de Saúde. Página 2

Crise leva ao fechamento de 40% dos restaurantes de comida a quilo

Página 4

Queiroga diz em CPI que Brasil não está na terceira onda da pandemia

Página 8

Covid-19: comissão pede a países da UE certificados para o verão

A Comissão Europeia pediu na terça-feira (8) aos Estados-Membros da União Europeia (UE) que comecem já a emitir certificados de vacinação, recuperação ou testagem da covid-19, visando a evitar grandes problemas na concessão do documento a toda a comunidade.

"Para garantir uma implementação sem problemas do novo documento digital, a comissão encoraja os Estados-membros a começar já a emitir o certificado, utilizando as disposições nacionais existentes", disse o comissário europeu da Justiça, Didier Reynders. Página 3

Conselho de Segurança aprova 2º mandato de Guterres à frente da ONU

O Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) aprovou na terça-feira (8) um segundo mandato de António Guterres como secretário-geral da organização, entre 2022 e 2026.

No cargo desde janeiro de 2017, o ex-primeiro-ministro português, de 72 anos, era o único candidato, já que, apesar de ter havido dez candidaturas individuais, nenhuma foi aceita, por não contar com o apoio de qualquer dos 193 países-membros da organização.

Numa breve sessão a portas fechadas, o Conselho de Segurança, essencial no processo de nomeação, foi unânime em recomendar à Assembleia-Geral das Nações Unidas a manutenção do líder, anunciou o presidente em exercício daquele órgão, o embaixador estónio Sven Jürgenson.

A confirmação formal da Assembleia Geral é aguardada para breve. (Agencia Brasil)

Previsão do Tempo

Quarta: Sol com muitas nuvens. Pancadas de chuva à tarde e à noite. 25° C 16° C

Manhã Tarde Noite

Fonte: Climatempo

DÓLAR

Comercial
Compra: 5,03
Venda: 5,03

Turismo
Compra: 4,93
Venda: 5,20

EURO
Compra: 6,13
Venda: 6,13

Senado aprova MP que facilita a obtenção de crédito em bancos

Foto/Marcello Casal Jr/ABr

O Senado aprovou na terça-feira (8) a Medida Provisória 1.028/2021, que facilita o empréstimo a clientes de bancos. De acordo com o texto, as instituições financeiras públicas e privadas ficam dispensadas de exigir documentação de regularidade fiscal para aprovar o crédito. A medida vale até 31 de dezembro de 2021. O texto vai à sanção presidencial.

O texto original da MP fixava a data de 30 de junho, mas esse prazo foi prorrogado pelos deputados até o fim de dezembro. Página 3

Campos Neto espera maior abertura da economia no segundo semestre

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, disse na segunda-feira (8) esperar uma maior abertura da economia no segundo semestre deste ano, bem como uma recuperação maior do setor de serviços, amplamente afetado pela pandemia de covid-19.

Contribui para esse cenário o avanço "significativo" da vacinação no Brasil e também uma resiliência maior das economias que, de alguma maneira, se adaptaram e sofrem impactos cada vez mais suaves das medidas restritivas provocadas pelas diferentes ondas de contaminação. Página 3

Menos de 30% comparecem a unidades de saúde para tomar vacina da gripe

Página 8

Educação começa a liberar QR Codes para vacinação de profissionais de 45 a 46 anos

A Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (Seduc-SP) já iniciou a liberação dos comprovantes (QR Code) para profissionais da Educação Básica de 45 e 46 anos se vacinarem a partir desta quarta-feira (9). O público estimado é de 80 mil pessoas. Página 2

Esporte

Seleção feminina é superada pela China no tie-break na Liga das Nações

A seleção brasileira feminina de vôlei teve sua sequência de cinco vitórias na Liga das Nações 2021 interrompida na terça-feira. No encerramento da terceira rodada da competição disputada em Rimini, na Itália, a equipe comandada por José Roberto Guimarães foi superada pela China por 3 sets a 2 (18/25, 25/22, 25/20, 14/25 e 15/12).

"Foi um grande jogo. Tivemos bons momentos, mas a China foi melhor e mereceu a vitória. Vamos estudar essa partida e ver onde podemos melhorar. A Liga das Nações é um campeonato longo e testes como esses são importantes para a nossa evolução. Agora é seguir treinando e pensar nos próximos adversários", afirmou Tandara, maior pontuadora da seleção brasileira, com 26 pontos, 10 deles no primeiro set. Gabi e Carol Gattaz pontuaram 19 vezes cada.

Nesta terça, o Brasil começou o jogo com Carol Gattaz, Macris, Gabi, Tandara, Fernanda Garay, Carol e a líbero Camila Brait. Lorenne, Rosamaria, Dani Lins, Ana Cristina e Bia entraram em quadra durante a partida.

Com sete vitórias em nove partidas, e 22 pontos somados, o Brasil ocupa a terceira colocação da competição feminina da Liga das Nações. Cada equipe disputa 15 jogos na fase classificatória e as quatro melhores passam para as semifinais.

Foto/Divulgação

Bloqueio *triplo do Brasil contra a China*

A seleção feminina volta a jogar apenas no sábado (12), quando enfrenta a Polônia, às 16h (de Brasília), jogando contra Alemanha e Tailândia na sequência. Nesta quarta-feira (9), o torneio masculino será retomado, com o Brasil encarando a Holanda, às 16h (de Brasília). Bulgária e Polônia são os outros adversários desta rodada. O SporTV 2 transmite as partidas.

Matheus Morgatto enfrenta novo desafio no WSK Euro Series

O WSK Euro Series retornará em Adria, na Itália, depois de uma pausa de dois meses na competição e o jovem Matheus Morgatto buscará um bom resultado com a equipe Birel Art neste final de semana. Confiante para a segunda etapa do campeonato, o piloto de 17 anos de idade conquistou um top-10 na Pré-Final da etapa de abertura, que aconteceu no circuito de Lonato.

"Tivemos um bom ritmo no Europeu de Kart na França e isso me deu uma boa confiança para este final de semana em Adria. Vamos em busca de um bom ritmo de prova nas classificatórias para largar em uma boa posição na Final. Espero terminar sempre entre os cinco primeiros e vamos tentar um pódio também, será uma etapa de muito trabalho", diz Morgatto, que foi destaque no final de maio com 18 ultrapassagens na Final do Europeu de Kart na França.

Foto: KSP Reportagem

Matheus *Morgatto*

No primeiro semestre de 2021, o jovem piloto teve destaque em competições internacionais, com quatro top-10 no Open do Europeu de Kart, além de disputar boas corridas no World Series Karting (WSK) em 2021. No WSK Super Master Series, inclusive, Matheus foi destaque com 13 ultrapassagens na Final em Adria, pista na qual ele acredita que pode ter um bom desempenho neste final de semana.

"Adria é um circuito bem seletivo e costuma ser uma das pistas que a gente mais treina durante a temporada na Europa, então já conheço bem o circuito. Então vamos com tudo para buscar um pódio, seria uma grande recompensa por todo o nosso trabalho", diz Morgatto, que também conquistou um top-10 na Final da etapa de abertura do Europeu de Kart, na Bélgica, e largou na pole em duas baterias classificatórias.

Os treinos livres do WSK Euro Series começam nesta quarta-feira (9) em Adria, na Itália. As baterias classificatórias serão realizadas na sexta-feira (11) e no sábado (12), enquanto a Pré-Final da categoria OK está marcada para às 5h40 (horário de Brasília) no domingo (13). A Final será disputada no mesmo dia, com largada às 9h05.

Prefeitura de São Paulo vai contratar 200 leitos da rede privada

A prefeitura de São Paulo vai contratar, emergencialmente, 200 leitos da rede privada para atender pacientes que não estão com a covid-19. A contratação ocorre em um momento em que a ocupação dos leitos de unidades de terapia intensiva dos hospitais públicos da capital tanto para tratamento da covid-19 quanto para o de outras especialidades está muito alta. Para pacientes que não estão com a covid-19 atinge 90%, e para os casos da covid-19, já atinge 80% de ocupação.

"Nunca estivemos nessa situação. Normalmente, o que acontece é que quando sobe a ocupação do leito covid-19, acaba reduzindo a ocupação das outras especialidades e vice-versa. E assim íamos fazendo a reversão de leitos. Mas agora precisamos de um conjunto de leitos para atender a população que não está com covid. Pela primeira vez tivemos essa situação acumulada", disse na terça-feira, (8) Edson Aparecido, secretário municipal de Saúde.

Segundo ele, grandes hospitais públicos municipais da capital paulista já estão com grande ocupação de leitos, mesmo não atendendo casos da covid-19. "Todos nossos grandes hospitais, que não viraram covid ou que estão com uma parcela pequena de covid, estão muito lotados. Tatuapé, Cidade Tiradentes, Campo Limpo e Ermelino Matarazzo são hospitais que estão muito lotados", disse o secretário.

Com a contratação desses leitos da rede privada, a prefeitura espera liberar os leitos já existentes para um eventual aumento das internações por covid-19. "Quando aperta a situação da pandemia, leitos de especialidades a gente transforma em leitos de covid-19", explicou o secretário.

Dos 200 leitos que vão ser contratados, 100 serão para UTI e os demais para enfermaria. A contratação será por um período de 60 dias, podendo ser prorrogado por tempo indeterminado.

Segundo o secretário, o edital com o chamamento público para a contratação desses leitos será publicado no Diário Oficial eletrônico de terça-feira, (8).

Doses remanescentes

Edson Aparecido informou que há uma nova lista para as doses remanescentes de vacina contra a covid-19 nas unidades de saúde. Pessoas com mais de 50 anos de idade, pessoas com deficiência permanente acima de 18 anos ou estudantes da área técnica em saúde em estágio, vão poder se inscrever nas unidades de saúde da capital em uma lista de espera para receber doses remanescentes de vacinas, a chamada xepa da vacina. Caso sobre doses de vacinas não aplicadas no final do dia, a pessoa inscrita nessa lista de espera poderá ser chamada para tomar o imunizante. (Agência Brasil)

SP registra 3,37 milhões de casos e 115,3 mil óbitos por COVID-19

O Estado de São Paulo registra na terça-feira (8) 3.378.256 casos de COVID-19 durante toda a pandemia e 115.309 óbitos. Nas últimas 24h foram 8.022 novos casos e 767 novos óbitos.

Entre o total de casos, 3.048.550 tiveram a doença e já estão recuperados, sendo que 355.922 foram internados e receberam alta hospitalar.

Hoje, há 24.547 pacientes internados no estado, sendo 11.189 em unidades de terapia intensiva e 13.358 em enfermaria.

A taxa de ocupação dos leitos de UTI no estado é de 82,1% e na Grande São Paulo é de 79,4%.

O detalhamento dos dados da pandemia estão disponíveis no site www.saopaulo.sp.gov.br/coronavirus.

CESAR NETO

www.cesarneto.com

CÂMARA (SÃO PAULO)

Alguns políticos ligados aos LGBTQIA + se queixaram sobre não comentarmos a Parada 2021 e o 'nat' dos 40 anos da pandemia de AIDS

.

PREFEITURA (SÃO PAULO)

24º dia no cargo : embora ainda não seja o Armagedon, Ricardo Nunes (MDB) se prepara pra sua nova Cruzada contra os vírus Covid 19

.

ASSEMBLEIA (SÃO PAULO)

Deputada (Republicanos) Edna Macedo elogia Bolsonaro por querer seu sobrinho - Crivella - na Embaixada da África do Sul

.

GOVERNO (SÃO PAULO)

Doria (PSDB liberal de centro) tem o ex-petista Zé Aníbal contra a sua candidatura Presidencial nas prévias marcadas pra outubro 2021

.

CONGRESSO (SÃO PAULO)

Mais uma rodada da CPI Covid 19 que tenta dar cartão vermelho pro Jair Bolsonaro. Agora virou uma variantes da CBF (Copa América)

.

PRESIDÊNCIA (BRASIL)

Jair Bolsonaro não vai se filiar tão já, uma vez que no próximo dia 12 (junho) transformará São Paulo na maior pista de motos do Brasil

.

PARTIDOS (BRASIL)

Patriota : apesar da ida do senador Flavio pra legenda, o pai - Bolsonaro - só entrará em campo quando tiver ao menos 75% de mando

.

JUSTIÇAS (BRASIL)

O time de alguns 'supremos' invadiu o campo do futebol pra tentar meter um 'VAR' judicial contra os jogos da Copa América no Brasil

.

HISTÓRIAS (BRASIL)

Bolsonaro quer Crivella pra Embaixada (África). É sobrinho de Edir Macedo (Universal) que lançou o livro "Ministério do Espírito Santo"

.

M Í D I A S

A coluna de política do jornalista Cesar Neto vem sendo publicada na imprensa (São Paulo Brasil) desde 1993. Na Internet desde 1996, www.cesarneto.com foi se tornando referência da liberdade possível. Twitter @CesarNetoReal - Email cesar@esarneto.com

cesar@cesarneto.com

Educação começa a liberar QR Codes para vacinação de profissionais de 45 a 46 anos

A Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (Seduc-SP) já iniciou a liberação dos comprovantes (QR Code) para profissionais da Educação Básica de 45 e 46 anos se vacinarem a partir desta quarta-feira (9). O público estimado é de 80 mil pessoas.

No momento da vacinação, o profissional da educação deverá apresentar o comprovante VacinaJá Educação, RG e CPF para conferência dos dados pelo profissional de saúde. Caso o usuário não apresente o comprovante ele não poderá ser imunizado como profissional da educação.

O cadastro é o primeiro passo para imunização, porém, não significa o agendamento. A aplicação das doses ocorrerá em parceria com as Prefeituras, por meios das Secretarias de Saúde. Depois da confirmação do cadastro, o profissional deve ficar atento às regras do município em que atua para se informar sobre datas e postos de vacinação.

Cadastro no portal VacinaJá Educação

Para receber a imunização, os profissionais devem realizar o cadastro no portal VacinaJá Educação. Podem se cadastrar os servidores que atuam nas escolas ou em órgãos administrativos, como Secretarias da Educação e Diretorias de Ensino.

No caso da rede estadual, apenas a categoria de terceirizados deverá fazer o cadastro e para os demais profissionais, o QR Code será gerado e enviado ao e-mail informado, automaticamente, quando chegar a data da vacinação, sem necessidade de cadastro prévio.

Para as demais redes – municipal, federal e particular -, o cadastro é obrigatório. No cadastro, os profissionais devem informar o número do CPF, nome completo e e-mail. Em seguida, receberão um link no e-mail indicado e será necessário validá-lo para dar continuidade ao cadastro. É importante verificar se o e-mail não foi deslocado para a caixa de spam.

No passo seguinte, o profissional deve confirmar os dados pessoais e apontar nome da escola, rede de ensino, município, cargo ocupado e anexar o último holerite.

Na sequência, o cadastro passará por um processo de análise e, se validado, o profissional receberá em seu e-mail o comprovante VacinaJá Educação, este documento terá um QR Code para verificação de autenticidade. O sistema para validação das escolas já está aberto.

Desenvolve SP lança linha de crédito Economia Verde (LEV) – Saneamento e Resíduos

O Desenvolve SP, banco do Governo do Estado de São Paulo, lançou a Linha Economia Verde (LEV) – Saneamento e Resíduos, voltada ao financiamento de projetos de preservação da água e tratamento de resíduos sólidos de micro, pequenas e médias empresas. A iniciativa integra a série de medidas da instituição financeira para estimular a retomada da economia de forma sustentável para as empresas, o meio ambiente e a sociedade.

"É urgente compreender que as empresas precisam ir além dos resultados financeiros e se tornarem responsáveis também pela sustentabilidade ambiental e social. O Desenvolve SP, como banco do empreendedor, tem a missão de estimular esse novo modelo econômico mais sustentável, direcionando recursos neste sentido", afirma Nelson de Souza, presidente da instituição.

Os recursos da linha LEV – Saneamento e Resíduos provêm da parceria inédita entre o Desenvolve SP, a International Finance Corporation – IFC e o Santander Brasil, por meio da qual o banco estadual captou US$ 100 milhões (cerca de R$ 530 milhões) para financiamento de projetos sustentáveis de empresas paulistas. Deste total, 25% (cerca de R$ 130 milhões) serão fornecidos pela nova linha; e 75% serão disponibilizados para obras do programa de despoluição Novo Rio Pinheiros.

Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

A LEV – Saneamento e Resíduos atende ao item 6 dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS, da ONU, que propõe assegurar a disponibilidade e a gestão sustentável da água e saneamento para todos; ao objetivo 11, que visa reduzir o impacto ambiental por meio da gestão de resíduos municipais; e ao item 12, que trata da redução substancial de geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso.

O Desenvolve SP já investiu R$ 1,5 bilhão em projetos alinhados aos ODS da ONU. Em 2020, foram mais de R$ 111 milhões investidos no financiamento de projetos sustentáveis por meio da linha de crédito Economia Verde, um aumento de 208% em relação a 2019, quando a modalidade registrou em torno de R$ 36 milhões em aportes.

Tendência

O interesse e o potencial de negócios sustentáveis são crescentes no Brasil. Somente na esfera da gestão de resíduos, o país já conta com 227 startups que realizam logística reversa – coleta, reuso, reciclagem, tratamento e/ou disposição final dos resíduos – e economia circular – redução, reutilização, recuperação e reciclagem de materiais, segundo o 3º Mapa de Negócios de Impacto Socioambiental, divulgado em 2021 pela Pipe.Social.

A empresa paulistana Recinert Ambientale, que gere resíduos da construção civil antes descartados em aterros, fragmentando-os para serem reaplicados na construção civil, obteve financiamento do Desenvolve SP para expandir seu negócio. "É com muito orgulho que fomos precursores do uso desses materiais. Nossa iniciativa estimulou inclusive a presença de novos concorrentes, o que é bom, pois é assim que se desenvolve a sociedade e a economia, beneficiando a população", afirma Egídio Buso, sócio-fundador da empresa.

Com o avanço da agenda #ESG – de boas práticas ambientais, sociais e de governança – e a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), estas empresas começaram a atrair a atenção de investidores. Ainda assim, o país recicla menos de 4% do lixo que produz, perdendo R$ 8 bilhões por ano como consequência, segundo o Ministério do Meio Ambiente.

Com investimento de mais de R$ 1 bi, o projeto Distrito Anhembi impulsionará economia e turismo na cidade

Foi apresentado na terça-feira (8) o **projeto Distrito Anhembi,** uma ação que revitalizará todo o complexo localizado na **Zona Norte** da cidade com a **ampliação e modernização** do espaço, que passará a contar também com uma **arena multiuso,** um moderno **centro de convenções,** entre outros equipamentos. A **GL events Brasil,** responsável pela concessão do Anhembi nos próximos 30 anos, investirá mais de R$ 1 bilhão, fazendo com que ele volte a ser um importante propulsor para a economia de São Paulo, movimentando cerca de **R$ 5 bilhões por ano** na cidade **a partir de 2024.**

A multinacional francesa, que é um dos principais players do mercado de eventos no mundo, venceu a **licitação** do equipamento no valor de R$ 53.740.236. Com isso, ela será responsável pela **gestão, manutenção e exploração comercial** A homologação para a gestão do espaço faz parte da ação conduzida pela **Secretaria do Governo Municipal** com a **SP Parcerias**, responsável por estruturar e desenvolver projetos de concessão, privatização e parcerias público-privadas para viabilizar a consecução do **Plano Municipal de Desestatização (PMD)** e do **Programa Municipal de Parcerias Público-Privadas.**

Com um plano de investimentos superior a R$ 1 bilhão nos próximos cinco anos, a GL events vai transformar o local em um **complexo de entretenimento para congressos, conferência, convenções, eventos culturais e esportivos, festivais e feiras,** além de fomentar o **desenvolvimento da Zona Norte da capital paulista,** com 2,2 milhões de habitantes. **A meta da empresa é reinserir o Anhembi no circuito nacional e internacional de eventos.**

Estudos de mercado mostram que é possível gerar **R$ 500 milhões de negócios anuais** nos espaços de eventos, a partir do histórico do Anhembi e do potencial do mercado paulistano. Esse valor representa apenas 10% do que ficará na cidade por meio de impostos e gastos de turistas e participantes de eventos com transporte, alimentação, comércio e hospedagem.

Antes mesmo da assinatura do contrato, a Prefeitura dedicou uma equipe técnica para trabalhar em conjunto com a GL events, a fim de garantir que cada etapa do projeto e suas aprovações sejam executadas conforme o planejado e com agilidade. Afinal, esse é um empreendimento prioritário para o Município tanto no curto prazo, para a retomada da economia, quanto no longo prazo.

Após a validação do masterplan pela Prefeitura, a multinacional iniciou imediatamente rodadas de apresentação do projeto a investidores, a fim de ancorar os parceiros especializados em cada um dos segmentos.

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação
Viaduto 9 de Julho, 180
1º andar - Sala 12
CEP: 01050-060
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R$ 3,50

Jornalista Responsável
Maria Augusta V. Ferreira
Mtb. 19.548

Assinatura on-line
Mensal: R$ 20,00
Radiobrás – Agência Brasil

Publicidade Legal
Balanços, Atas e Convocações
R. Albion, 229 - Cj. 113 - Lapa
Telefone: 3832-4488

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Senado aprova MP que facilita a obtenção de crédito em bancos

O Senado aprovou na terça-feira (8) a Medida Provisória 1.028/2021, que facilita o empréstimo a clientes de bancos. De acordo com o texto, as instituições financeiras públicas e privadas ficam dispensadas de exigir documentação de regularidade fiscal para aprovar o crédito. A medida vale até 31 de dezembro de 2021. O texto vai à sanção presidencial.

O texto original da MP fixava a data de 30 de junho, mas esse prazo foi prorrogado pelos deputados até o fim de dezembro. Além disso, a proposta original do governo era de flexibilizar as regras apenas para bancos públicos. Mas a Câmara estendeu também às instituições financeiras privadas. A ideia é facilitar o crédito a empresas e pessoas físicas em um período de crise econômica provocado pela pandemia.

Entre os documentos que não serão cobrados de empresas e pessoas físicas estão a comprovação de quitação de tributos federais, a certidão negativa de inscrição na dívida ativa da União, a certidão de quitação eleitoral, a regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), a regularidade na entrega da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) e a comprovação de pagamento do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) para os tomadores de empréstimo rural.

Será dispensada também a consulta prévia ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (Cadin) para as operações de crédito que envolvam a utilização de recursos públicos. Já as certidões negativas de débito com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) continuam sendo obrigatórias, já que se trata de uma determinação da Constituição.

"A urgência e a relevância da medida são fundamentadas na calamidade sanitária, social e econômica de abrangência mundial provocada pela pandemia do novo coronavírus", argumentou o relator da MP no Senado, Ângelo Coronel (PSD-BA).

"Há que se ressaltar que a medida provisória não obriga as instituições a concederem o crédito, nem entra no mérito da análise de crédito, que permanece uma atribuição de cada banco", acrescentou. (Agencia Brasil)

Campos Neto espera maior abertura da economia no segundo semestre

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, disse na segunda-feira (8) esperar uma maior abertura da economia no segundo semestre deste ano, bem como uma recuperação maior do setor de serviços, amplamente afetado pela pandemia de covid-19.

Contribui para esse cenário o avanço "significativo" da vacinação no Brasil e também uma resiliência maior das economias que, de alguma maneira, se adaptaram e sofrem impactos cada vez mais suaves das medidas restritivas provocadas pelas diferentes ondas de contaminação.

"A economia de alguma maneira se adaptou a essa nova maneira de fazer as coisas, e acho que em grande parte essas mudanças serão permanentes", disse Campos, que fez também uma exposição dos planos do banco para a modernização da economia e dos pagamentos.

Com o avanço da vacinação, Campos Neto disse que pode acontecer no Brasil a mesma espécie de "euforia" no setor de serviços que se observa em países com vacinação mais avançada. Ele citou como exemplo os Estados Unidos, onde já há dificuldade para se reservar um quarto de hotel ou reservar um carro para viagens próximas.

As declarações foram dadas em inglês em uma apresentação, por videoconferência, para economistas do banco JP Morgan. Campos Neto apresentou dados que são acompanhados pelo BC sobre a pandemia e a reação das economias em países desenvolvidos e em desenvolvimento.

Campos Neto reconheceu a existência de uma pressão inflacionária em todo o mundo e que os preços de insumos encontrase em elevação, acompanhando a alta das commodities, mas disse ver que começa a se desenhar uma curva de estabilização nos gráficos.

No Brasil, as projeção de inflação seguem pressionadas, contudo, pela expectativa de alta no preço da energia provocada pela crise hídrica, observou o presidente do BC.

Essa foi a última manifestação de Campos Neto antes da próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), que está marcada para 15 e 16 de junho. Na ata da reunião anterior, o colegiado sinalizou nova alta da taxa básica de juros, a Selic, atualmente em 3,5% ao ano. (Agencia Brasil)

País passa por transformação da infraestrutura nacional, diz ministro

O ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, disse que o Brasil passa por um momento de "transformação da infraestrutura" nacional, apesar das barreiras orçamentárias para novos investimentos: "Estamos passando por um momento difícil, conjuntural, de forte restrição fiscal, mas isso vai passar", declarou Freitas, ao participar, na manhã de terça-feira (8), de um evento em comemoração aos 20 anos de criação do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit).

Ao falar sobre a necessidade de fortalecer a autarquia responsável por executar as diretrizes da política nacional de infraestrutura rodoviária, ferroviária e hidroviária federal, o ministro destacou as recentes realizações do órgão.

"Em um momento de pandemia, com o menor orçamento da história, o Dnit foi e entregou, no ano passado, 92 obras. Outras tantas já estão sendo entregues este ano. Imagina como vai ser quando o dinheiro voltar", garantiu.

Segundo o Ministério da Infraestrutura, cerca de 1.430 quilômetros de novas estradas foram entregues em 2020, superando em mais de três vezes os 400 quilômetros de pavimentação nova concluídos em 2019.

"Daqui a pouco, não vamos ter um quilômetro de rodovia [federal] que não esteja pavimentada", disse Freitas, revelando otimismo. "Temos que pensar no futuro, em uma autarquia que, em breve, será ainda maior. A transformação da infraestrutura que está em curso tem muito a ver com a história desta autarquia", acrescentou o ministro. (Agencia Brasil)

Comércio cresce 1,8% de março para abril, diz IBGE

O volume do comércio varejista brasileiro teve alta de 1,8% de março para abril deste ano. O crescimento veio depois de uma queda de 1,1% observada na passagem de fevereiro para março. Essa é a maior alta para o mês de abril desde 2000. Os dados são da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), divulgada na terça-feira (8) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O varejo também cresceu 0,4% na média móvel trimestral, 23,8% na comparação com abril do ano passado, 4,5% no acumulado do ano e 3,6% no acumulado de 12 meses.

Sete das oito atividades pesquisadas pelo IBGE tiveram alta na passagem de março para abril, com destaque para móveis e eletrodomésticos (24,8%), tecidos, vestuário e calçados (13,8%) e equipamentos e material para escritório, informática e comunicação (10,2%).

Também tiveram aumento no volume de vendas os segmentos de outros artigos de uso pessoal e doméstico (6,7%), livros, jornais, revistas e papelaria (3,8%), combustíveis e lubrificantes (3,4%), e artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (0,9%).

A única queda de março para abril foi observada na atividade de hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (-1,7%).

A receita nominal do varejo teve altas de 1,4% na comparação com março deste ano, 36,1% em relação a abril do ano passado, 15,2% no acumulado do ano e 10,6% no acumulado de 12 meses.

O varejo ampliado, que analisa também os veículos e materiais de construção, teve alta de 3,8% de março para abril, puxada pelos crescimentos de 20,3% do setor de veículos, motos, partes e peças, e de 10,4% da atividade de materiais de construção.

Também houve altas, no volume do varejo ampliado, na média móvel trimestral (0,7%), comparação com abril de 2020 (41%), acumulado do ano (9,2%) e acumulado de 12 meses (3,5%).

A receita do varejo ampliado cresceu 3,8% em relação a março deste ano, 54,1% na comparação com abril do ano passado, 20,7% no acumulado do ano e 10,8% no acumulado de 12 meses. (Agencia Brasil)

Abate de bovinos no primeiro trimestre tem menor nível desde 2009

O abate de bovinos no primeiro trimestre deste ano foi de 6,56 milhões de cabeças, uma queda de 10,6% em comparação ao primeiro trimestre de 2020 e de 10,9% ante o trimestre anterior. É o menor resultado desde o primeiro trimestre de 2009. Os dados são da Estatística da Produção Pecuária, divulgada na terça-feira (8) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A queda no abate de bovinos foi verificada em 23 das 27 unidades da federação. O estado de Mato Grosso continua liderando o abate de bovinos, com 15,7% da participação nacional, seguido por Mato Grosso do Sul, com 11,7%, e São Paulo, que detém 10,2% da produção brasileira.

O abate de frangos teve no período um novo recorde na série histórica, iniciada em 1997, chegando a 1,57 bilhão de cabeças. O resultado é 3,3% superior ao mesmo período de 2020 e cresceu 0,7% na comparação com o quarto trimestre de 2020. O Paraná lidera a produção com folga, sendo o estado responsável por 33,1% da participação nacional, seguido por Rio Grande Sul (13,9%) e Santa Catarina (13,3%).

O abate de suínos no primeiro trimestre de 2021 foi de 12,62 milhões de cabeças, o melhor resultado para o período desde o início da série. O aumento foi de 5,7% em relação ao mesmo período de 2020 e de 0,6% na comparação com o quarto trimestre de 2020. Santa Catarina tem 28,9% da participação nacional, seguido por Paraná (20,3%) e Rio Grande do Sul (17,5%).

De acordo com o supervisor da pesquisa, Bernardo Viscardi, o resultado do primeiro trimestre do ano condiz com o que foi observado no ano passado. "Houve uma continuidade da tendência observada em 2020, com queda no abate de bovinos e crescimento de suínos e frangos. Ao mesmo tempo, os preços médios da arroba bovina e do bezerro atingiram valores máximos nas respectivas séries".

Segundo o IBGE, a produção para exportação continua aquecida. A Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério da Economia registrou o terceiro maior volume de carne bovina in natura exportada para o período analisado, com 133,82 mil toneladas apenas em março, um recorde para o mês.

Quanto aos suínos, os preços do animal vivo e da carne suína no mercado interno sofreram desvalorização no trimestre, aumentando sua competitividade. Ao mesmo tempo, foi registrado recorde de exportações de carne suína in natura, de acordo com a Secex.

De acordo com o instituto, o desempenho das exportações da carne de frango permaneceu em patamares razoáveis no trimestre, o que indica que o aumento da produção se destinou ao consumo interno.

A pesquisa indica que a aquisição do leite cru teve aumento de 1,8% em relação ao primeiro trimestre de 2020, chegando a 6,56 bilhões de litros, a maior no acumulado em um primeiro trimestre na série histórica. O resultado é 3,5% menor em comparação com o quarto trimestre de 2020, uma queda sazonal esperada.

A produção de ovos de galinha foi de 978,25 milhões de dúzias, um aumento de 0,3% frente ao apurado no primeiro trimestre de 2020 e queda de 1,3% na comparação com o trimestre anterior.

Quanto à Pesquisa Trimestral do Couro, os curtumes receberam 7,07 milhões de peças de couro no primeiro trimestre, 6,6% a menos do que o adquirido no primeiro trimestre de 2020 e queda de 8% em relação ao quarto trimestre de 2020. O menor resultado para um primeiro trimestre desde 2002. (Agencia Brasil)

INTERNACIONAL

Covid-19: comissão pede a países da UE certificados para o verão

A Comissão Europeia pediu na terça-feira (8) aos Estados-Membros da União Europeia (UE) que comecem já a emitir certificados de vacinação, recuperação ou testagem da covid-19, visando a evitar grandes problemas na concessão do documento a toda a comunidade.

"Para garantir uma implementação sem problemas do novo documento digital, a comissão encoraja os Estados-membros a começar já a emitir o certificado, utilizando as disposições nacionais existentes", disse o comissário europeu da Justiça, Didier Reynders.

Em um debate sobre o certificado digital covid-19 da UE, na sessão plenária do Parlamento Europeu, em Estrasburgo, o comissário observou que "quanto mais problemas forem resolvidos agora e quanto mais certificados já forem emitidos, mais fácil será o processo durante o verão".

"Caso contrário, arriscamo-nos a ter um grande bloqueio no dia 1º de julho e não podemos deixar que isso ocorra", alertou Reynders.

O certificado digital covid-19 comprova a testagem (negativa), vacinação ou recuperação do vírus SARS-CoV-2, que entrará em vigor na UE no período do verão.

No momento em que os países da UE começam a implementar o documento, Didier Reynders anunciou que "desde 10 de maio 26 países já testaram com sucesso a sua ligação ao portal da UE criado para interligar todos os certificados, dos quais sete já começaram a emitir os primeiros" para vacinados, testados e pessoas recuperadas do vírus.

Segundo a informação disponibilizada pelo executivo comunitário na sua página da internet, os sete países são Bulgária, Croácia, República Checa, Dinamarca, Alemanha, Grécia e Polônia.

Além desses, "mais seis países passaram por todas as verificações necessárias e estão agora à espera para [os seus sistemas] entrarem em funcionamento", afirmou o comissário europeu da Justiça, mostrando-se convicto de que cada vez mais Estados-membros apostem na "emissão de certificados nacionais em preparação para o início de julho".

Reynders explicou que "o trabalho técnico para implementar o novo quadro de certificados digitais covid-19 está sendo realizado paralelamente às negociações políticas sobre o regulamento".

"Isso foi necessário devido ao calendário apertado e importante para assegurar a maior parte da implementação do sistema", explicou.

Destacando o suporte da instituição à aquisição de testes para viagem (tanto PCR como antígeno), Didier Reynders lembrou que, "à medida que mais e mais pessoas são vacinadas na UE, a necessidade de testes de covid-19 adicionais e o fardo resultante diminuirá".

A ideia é que esse livre trânsito entre em vigor em 1º de julho e funcione de forma semelhante a um cartão de embarque para viagens, em formato digital e/ou papel, com um código QR para ser facilmente lido por dispositivos eletrônicos, e que seja disponibilizado gratuitamente e na língua nacional do cidadão e em inglês.

Em meados de maio, os negociadores da presidência portuguesa do Conselho da UE e do Parlamento Europeu chegaram a um acordo político sobre o certificado, proposto pela Comissão Europeia em março passado, faltando agora que o texto do compromisso que enquadra juridicamente o documento seja formalmente adotado pelas instituições.

Espera-se que na atual sessão plenária os eurodeputados deem o seu aval final e adotem o texto.

Entretanto, os Estados-membros têm de desenvolver as infraestruturas técnicas e garantir a interação dos sistemas de reconhecimento do certificado. (Agencia Brasil)

Agência avalia aplicação da vacina Moderna a partir de 12 anos

A Agência Europeia do Medicamento (EMA) começou a avaliar a possível administração da vacina da Moderna para a covid-19 em crianças e jovens entre os 12 e os 17 anos, como já acontece com a da PfizerBioNtech.

Segundo comunicado da EMA, o Comitê dos Medicamentos para Uso Humano vai avançar com uma avaliação acelerada dos dados apresentados pela farmacêutica, incluindo os resultados de um grande estudo clínico em curso, envolvendo adolescentes dos 12 aos 17 anos de idade, na União Europeia (UE).

O estudo foi feito em conformidade com o plano de investigação pediátrica para a vacina Moderna da covid-19, aprovado pelo Comitê Pediátrico da EMA.

A vacina da Moderna contém a molécula RNA mensageiro, que dá instruções ao organismo para produzir anticorpos contra o vírus SARS-Cov-2.

A avaliação da EMA sobre a ampliação do uso da vacina, que na UE está autorizada em duas doses a partir dos 18 anos, será enviada para a Comissão Europeia, que tomará uma decisão de acordo com todos os Estados-membros.

A vacina da Pfizer foi autorizada para pessoas entre os 12 e os 15 anos em 28 de maio.

A pandemia de covid-19 provocou, pelo menos, 3,739 milhões de mortes no mundo, resultantes de mais de 173,5 milhões de casos de infecção, segundo balanço da agência francesa AFP.

A doença é transmitida pelo novo coronavírus SARS-CoV-2, detectado no fim de 2019 em Wuhan, uma cidade do centro da China. (Agencia Brasil)

Crise leva ao fechamento de 40% dos restaurantes de comida a quilo

A Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel) estima que 40% dos restaurantes especializados em comida a quilo fecharam no país devido à crise econômica causada pela pandemia de covid-19. O Brasil tinha cerca de 200 mil estabelecimentos desse tipo, e a estimativa atual é de que esse número tenha caído para 120 mil.

Nas regiões com grande concentração de escritórios, as medidas de restrição e o grande número de pessoas em trabalho remoto reduziram o movimento nos estabelecimentos de refeição rápida. Segundo a Abrasel, os restaurantes por quilo ou self-service, que tinham grande procura antes da crise, atualmente têm menos de 10% do movimento pré-pandemia.

O empresário Renato Rezemini fechou as portas do restaurante por quilo que tinha em um bairro comercial na zona sul de São Paulo, mas conseguiu manter outro estabelecimento à la carte, em que os clientes escolhem os pratos em um cardápio, mas o movimento ainda é baixo. "Eu tinha uma média de 350, 400 refeições por dia; hoje eu faço 40 refeições por dia, incluindo as entregas. Praticamente inviável, todo mês a gente cava mais um pouco do buraco, entra mais um pouco no negativo", lamentou.

Rezemini disse que o serviço de entregas não resolve o problema dos restaurantes, especialmente aqueles localizados em bairros comerciais, onde a circulação de pessoas diminuiu muito devido ao trabalho remoto. "Então, não tem pra quem entregar", acrescentou.

O setor de serviços tem sofrido os impactos das incertezas relacionadas ao avanço da pandemia e à necessidade da quarentena,para manter tanto as portas abertas quanto os empregos. De acordo com a Abrasel, as dificuldades devem permanecer mesmo depois da pandemia. "Dependendo da situação, do capital de giro que tinha, da sua capacidade, isso aí vai de três a cinco anos", disse o presidente do Conselho de Administração Abrasel, Joaquim Saraiva.

A Abrasel informou que cerca de 335 mil bares e restaurantes encerraram as atividades definitivamente no país, considerando todos os segmentos, com uma extinção de 1,3 milhão de postos de trabalho. Ainda segundo a associação, só no estado de São Paulo, 50 mil estabelecimentos fecharam as portas definitivamente durante a pandemia, sendo 12 mil apenas na capital paulista, também levando em conta todos os segmentos.

"O setor de bares e restaurantes é um dos que mais contam com pequenos empreendedores no país e, destes, a maioria está endividada. Muitos estabelecimentos são pequenos negócios e até mesmo negócios familiares, o que dificulta a renegociação de dívidas e a quitação de pendências fiscais", ressaltou o economista Thomas Carlsen, cofundador da Mywork, startup especializada em gestão de departamento de pessoal para pequenas e médias empresas.

Manter seu restaurante durante a pandemia está sendo extremamente difícil para a empresária Maria Teresa Dias: "A gente está em uma área estritamente comercial, só tem escritório e lajes corporativas, e as empresas não estão trazendo os funcionários [para trabalho presencial." Com a clientela atual, disse Maria Teresa, não é possível pagar as contas como antes. A empresária conseguiu negociar com o proprietário do imóvel e não está pagando o aluguel do restaurante neste momento. Um acordo com seus funcionários também gerou economia, com o objetivo de evitar demissões.

Maria Teresa lembrou que, antes da quarentena, às quintas-feiras, atendia cerca de 550 pessoas. Na última quinta, porém, atendeu apenas 36. "Na sexta-feira, eu tinha fila de espera aqui para entrar no restaurante. Quinta e sexta-feira eram os meus melhores dias. E hoje eu estou fechada na sexta-feira, porque não tenho cliente."

Para Carlsen, o fechamento de portas não representa apenas um encolhimento na economia, mas também a extinção de milhões de postos de trabalho, o que só aumenta as taxas de desemprego no país. "A sobrevivência de restaurantes por quilo e de tantos outros empreendimentos do setor depende diretamente da aceleração da vacinação", acrescentou. (Agencia Brasil)

Matrículas em cursos superiores crescem 1,8% no país em 2019

O número de matrículas em cursos superiores presenciais e de ensino a distância (EAD), nas redes privada e pública, cresceu 1,8% em 2019, de acordo com dados do Mapa do Ensino Superior no Brasil 2021, divulgado na terça-feira (8) pelo Semesp, entidade que representa mantenedoras de ensino superior do Brasil.

O crescimento total das matrículas na rede privada para cursos presenciais e EAD foi de 2,4%, enquanto na rede pública foi de 1,5%.

"Chama a atenção que, apesar de termos crescido nesses últimos anos, a taxa de escolarização líquida, que mede o percentual de jovens de 18 a 24 anos que estão no ensino superior, na faixa etária adequada, não cresce. Em 2018, esse número era de 17,9%, ou seja de toda essa população, só esses estavam matriculados no ensino superior. Em 2019, eram 18,1%; em 2020, 18%; e 2021 a estimativa é de 17,8%", disse o diretor executivo do Semesp, Rodrigo Capelato.

Quando se consideram apenas os cursos presenciais da rede privada, em 2021 a previsão é de queda de 8,9% no número de matrículas. Para os cursos EAD, na mesma rede e período, a estimativa de crescimento é de 9,8%. "Mas, mesmo no EAD, o crescimento que vinha ocorrendo antes da pandemia também diminuiu. Temos impacto da pandemia tanto no presencial quanto no EAD", afirmou o diretor.

Segundo Capelato, é preciso estar atento para o fato de que, apesar de as aulas estarem sendo assistidas remotamente, não é possível dizer que o EAD cresce e o presencial decresce um em função do outro. "No modelo assíncrono, que é o antigo EAD [quando o aluno estuda sozinho, de acordo com sua disponibilidade de tempo, sem interação com professores e colegas], o curso é mais barato e é dirigido a alunos de 30 a 44 anos. São alunos que saíram do ensino médio, não entraram no superior, estão no mercado de trabalho e veem a possibilidade de ascender profissionalmente."

Já no presencial, o perfil é de alunos mais novos, com até 29 anos, que saíram do ensino médio e que querem ter contato com os professores, com os alunos, e não conseguem se concentrar sozinhos, estudando no tempo deles, por isso escolhem o modelo síncrono.

"O assíncrono não vai eliminar o síncrono. O que vemos é que o segundo é mais caro e, por isso, muitos jovens estão deixando de ingressar no ensino superior, não indo para o EAD e estamos voltando a ter uma massa de população mais velha só com ensino médio completo. Não estamos conseguindo trazer os mais jovens para o ensino superior", ressaltou.

De acordo com Capelato, para alterar essa realidade, é preciso criar políticas públicas de inclusão. Os dados no mapa mostram que, em 2019, a taxa de evasão de alunos que não são contemplados pelo Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) ou programa Universidade para Todos (Prouni) foi de 26,2%.

Entre os alunos com Fies, a taxa de evasão ficou em 6,4%. Considerando os estudantes com Prouni, a taxa de evasão foi de 8,8%.

"A maioria dos jovens, mais de 90%, tem situação de vulnerabilidade financeira e não tem condições de ingressar em uma universidade pública porque as vagas são restritas e eles não conseguem entrar na particular porque não podem pagar."

Vagas

Os dados indicam ainda que, em 2021, foram ofertadas 40 mil vagas com Fies por 892 instituições mantenedoras e 1,5 mil mantidas, sendo que foram ocupadas, até maio, 22 mil dessas ofertas. Para as bolsas do Prouni, em 2020, foram 237 mil parciais e 183 integrais. De 2009 a 2019, a ociosidade nesse tipo de bolsa chegou a 34,4%, de acordo com o mapa divulgado pelo Semesp. (Agencia Brasil)

ATAS/BALANÇOS/EDITAIS/LEILÕES

ASSOCIAÇÃO DOS ESCRITURÁRIOS MUNICIPAIS DE SÃO PAULO – CNPJ - 60.544.327/0001-56 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO - De acordo com as normas estabelecidas no Estatuto Social, ficam os associados convocados a se reunirem em ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, a realizar-se no dia 29 de junho de 2021, em sua sede social, sita à Avenida Ipiranga, 877 - 5º Andar - Conj. 55, República, São Paulo/SP, em primeira chamada às 13:00 horas com o número legal de associados e em segunda chamada às 14:00 horas com qualquer quorum, para examinar, discutir e deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: a) Leitura, discussão e aprovação do Balanço Geral de 2020; b) Explanação das atividades da Diretoria referente ao exercício de 2020; c) Diversos. São Paulo, 09 de junho de 2021. Osvaldo C. Vazão, Presidente.

RRMaluli Administração de Bens Ltda.
CNPJ nº 37.134.828/0001-42 – NIRE 35.2.8601780.1
2ª Alteração e Consolidação do Ato Constitutivo

Pelo presente instrumento particular, **Renato Rassam Maluli**, RG nº 13.033.441-8 SSP/SP e CPF nº 085.921.128-26 (doravante simplesmente "**Sócio**"); único sócio da **RRMaluli Administração de Bens Ltda.**, ("Sociedade"); **1.** Neste ato, o Sócio aprova, sem qualquer restrição, o **Protocolo e Justificação de Cisão Parcial** celebrado entre os presentes sócios da **Incorporadora Maluli Ltda.**, CNPJ nº 60.089.307/0001-32, visando a cisão parcial do seu acervo líquido e a consequente absorção desse acervo por esta Sociedade, documento este que ora é anexado ao presente instrumento, dele fazendo parte integrante, para todos os fins de direito. **2.** Do mesmo modo, resolve o Sócio ratificar a nomeação da empresa especializada **Contábil Caravelle Ltda.**, CRC/SP nº 2SP015042/O-0, CNPJ/ME nº 60.536.935/0001-19, representada por Eduardo Sarkis Arakelian, RG nº 27.823.446-0 SSP/SP, CPF/ME nº 194.661.448-39 e CRC/SP nº 1SP269.604/O-4. **3.** Fica aprovado, neste ato, o **Laudo de Avaliação** do acervo líquido cindido, elaborado com base no balanço patrimonial levantado em 28/02/2021, no qual estão descritos os bens, direitos e obrigações que o compõem, no valor total de R$816.612,00, que estão descritos de forma detalhada no anexo de Protocolo e Justificação de Cisão Parcial anexo ao presente instrumento e são vertidos para esta Sociedade em virtude da cisão da Maluli. O Laudo de Avaliação é anexado ao presente instrumento, dele fazendo parte integrante, para todos os fins de direito. **4.** Em decorrência da absorção do patrimônio cindido da **Maluli**, resolve o Sócio aumentar o capital social da Sociedade no montante de R$916.612,00, com a criação de 916.612 novas quotas, de valor nominal de R$1,00 cada, passando o mesmo, de R$1.435.366,00, para R$2.351.978,00, que são atribuídas ao Sócio e integralizadas mediante a versão do patrimônio cindido, de acordo com o Anexo I do Protocolo e Justificação de Cisão Parcial. **5.** Consequentemente, o Artigo 5º do Contrato Social passa a vigorar com a seguinte redação: *"**Artigo 5º.** O capital, totalmente subscrito e integralizado, em bens e em moeda corrente nacional, é de R$2.351.978,00, divididos em 2.351.978 quotas, no valor nominal de R$1,00 cada uma, detidas pelo sócio único **Renato Rassam Maluli**. **§ Único:** A responsabilidade do sócio é limitada ao valor de suas quotas, que se encontram totalmente integralizadas."* **6.** Em virtude da alteração acima deliberada, o Sócio resolve consolidar o texto do Contrato Social, o qual encontra-se arquivado na sede social desta Sociedade. JUCESP – Registrado sob o nº 170.042/21-2 em 14/04/2021. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1027341-87.2014.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 9ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Fabio Cristiano Junqueira, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a MARIVALDO SANTOS DA SILVA, CPF: sob nº 023.208.074-70, que EXPRESSO APOLINÁRIO TRANSPORTES DE CARGAS LTDA ajuizou-lhe uma ação de PROCEDIMENTO COMUM, objetivando a condenação do réu ao pagamento da quantia de R$13.520,00 a título de reparação por danos materiais, referente os danos causados no rebocador do autor. Placa de EFV-0108, e R$4.662,00 a título de cobrança correspondente ao valor unitário do equipamento de comunicação Kit MCT, OBC, Autotrac completo, antena serial 1128767, valores que deverão ser atualizados, além da condenação nas demais cominações de estilo. Deu-se a causa o valor de R$ 18.182,00 (trinta e dois mil reais). Citado o requerido em lugar ignorado, expede-se EDITAL para que, no prazo de 15 dias úteis, após o prazo supra, CONTESTE a ação, sob pena de serem aceitos verdadeiros os fatos narrados pela autora, nomeando-lhe curador especial em caso de revelia. Será o edital, afixado e publicado na forma da Lei.

36ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP. 36ª Ofício Cível. Edital de Intimação. Prazo: 20 dias. Processo nº 0056559-70.2020.8.26.0100. A Dra. Juliana Pitelli da Guia, Juíza de Direito da 36ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP, Faz saber a Marcelo de Souza (CPF: 100.975.488-00) e Tania Mara Prado Barbosa (CPF: 188.343.798-96), que a ação de Cobrança, de Procedimento Comum, ajuizada por Sociedade Beneficente São Camilo, entidade mantenedora do Hospital São Camilo - Ipiranga, foi julgada procedente, condenando-os ao pagamento da quantia de R$ 34.591,51 (dezembro de 2020). Estando os executados em lugar ignorado, foi deferida a intimação por edital, para que em 15 dias, a fluir após 20 dias supra, efetuem o pagamento, sob pena de incidência de multa de 10%, pagamento de honorários advocatícios fixados em 10% e expedição de mandado de penhora e avaliação. Ficam as partes executadas advertidas de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 do CPC sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresentem, nos próprios autos, suas impugnações. Será o presente, afixado e publicado na forma da lei. 08 e 09 / 06 / 2021

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0012448-61.2012.8.26.0009. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 4ª Vara Cível, do Foro Regional IX - Vila Prudente, Estado de São Paulo, Dr(a). Claudia Akemi Okoda Oehiro Kato, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a MARCIO ANDERSON GARCIA, CNPJ 01.199.817/0000-12 e Marcio Anderson Garcia , RG 17809121-2, CPF 259.688.608-05, que lhe foi proposta uma ação de Monitória por parte de Banco Bradesco S/A, para a cobrança da quantia de R$ 70.656,57 (julho de 2012), decorrente do Acordo Comercial para Desconto de Duplicatas Fiscais e Escriturais, Cheques e Antecipação de Direitos Creditórios. Estando os requeridos em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em quinze dias, a fluir após os vinte dias supra, paguem o valor supra devidamente corrigido e honorários advocatícios sobre o valor do débito, que os tornarão isentos das custas e honorários ou apresentem embargos monitórios, sob pena de constituir-se de pleno direito o título executivo judicial, presumindo-se verdadeiros os fatos, sendo nomeado curador especial em caso de revelia. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. 08 e 09 / 06 / 2021

36ª Vara Cível da CAPITAL-SP – FORO CENTRAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0016216-06.2021.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 36ª Vara Cível, do Fórum Central Cível, do Estado de São Paulo, Dr(a). Thania Pereira Teixeira De Carvalho Cardin, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a **CELSO MORETE BERTELLI** CPF 004.166.188-55, que por este Juízo, tramita de uma ação de **Cumprimento de Sentença**, movida por **CAIXA BENEFICENTE DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO-CABESP**. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, fin determinada a sua INTIMAÇÃO por EDITAL, para que, no prazo de 15 dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague a quantia de **R$ 15.192,65 (abril/2021)**, devidamente atualizada e acrescido de custas, se houver, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do CPC). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do CPC, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 dias úteis para que o executado, independente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Em caso de revelia, será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 14 de maio de 2021.

1ª Vara de Registros Públicos, do Foro Central Cível-SP. EDITAL DE CITAÇÃO PRAZO DE 20 DIAS. expedido nos autos da Ação de Usucapião, PROCESSO Nº 1109079- 97.2014.8.26.0100 ()ADoutora Ana Claudia Dabus Guimarães e Souza, MM. Juíza de Direito da 1ª Vara de Registros Públicos, do Foro Central Cível, da Comarca de SÃO PAULO, do Estado de São Paulo, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a, réus ausentes, incertos, desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges, se casados forem, herdeiros e/ou sucessores, que FILOMENA DE PAULA,CARNEIRO BASILIO e PEDRO CARNEIRO FILHO ajuizou(ram) ação de USUCAPIÃO, visando a declaração de domínio do imóvel localizado na Rua José Gomes Faria, nº 183, V. Cisper - Ermlino Matrazzo - São Paulo - SP., com área de 125,00ms2., contribuinte nº 110.161.0041-7, alegando posse mansa e pacífica no prazo/legal. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a fluir após o prazo de 20 dias úteis, contestem o feito. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. São Paulo-SP. 1 - 09 e 10/06

Gaia Impacto Securitizadora S.A.
CNPJ/MF 14.876.090/0001-93 - NIRE 35.300.418.514
Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária em 23.04.2021

Data, Hora, Local: Aos 23.04.2021, às 9hs, na sede, Rua Ministro Jesuíno Cardoso, nº 633, 8º andar, conjunto 81, sala 1, São Paulo/SP. **Presença**: Totalidade dos acionistas. **Mesa**: João Paulo dos Santos Pacífico, presidente; Renato de Souza Barros Frascino, secretário. **Deliberações Aprovadas**: **I. Ordinária**: **(i)** o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2020, publicados nos jornais "Diário Oficial do Estado de São Paulo", e "O Dia SP", nas edições de 30.03.2021; e **(ii)** não haverá distribuição de lucros relacionada ao exercício encerrado em 31.12.2020, posto a ausência de lucro apurado neste período. **II. Extraordinária**: **(i)** A reeleição do Sr. **João Paulo dos Santos Pacífico**, brasileiro, engenheiro, casado, RG nº 25.684.186 (SSP/SP), CPF/MF nº 267.616.938-91, residente em São Paulo/SP; a reeleição do Sr. **Fabio Silva Gordilho**, brasileiro, administrador, casado, RG nº 06.613.369-64 (SSP/BA), CPF/MF nº 915.853.255-20, residente em São Paulo/SP; e a reeleição da Sra. **Aline Fernandes Correa**, brasileira, contadora, solteira, maior, RG nº 44.372.578-0 (SSP/SP), CPF/MF nº 368.111.278-99, residente em São Paulo/SP; respectivamente, para os cargos de Presidente do Conselho de Administração, Vice Presidente do Conselho de Administração, e Conselheira da Companhia, todos com mandato até a realização da AGO que examinar as demonstrações financeiras relativas ao exercício a se encerrar em 31.12.2022, prevista para ocorrer até o dia 30.04.2023; e **(ii)** Autorizar a administração da Companhia a tomar todas as medidas necessárias à efetivação das deliberações ora aprovadas. Ainda, os acionistas ratificam que: (a) dispensaram o prazo de 30 dias entre a data da publicação da Proposta da Administração, tendo em vista que os acionistas tiveram amplo conhecimento do teor das publicações, foram-lhes apresentados os documentos que julgaram necessários e foram prestadas as informações suficientes para que pudessem deliberar, em sede de assembleia ordinária e extraordinária, (b) atestam a quem possa interessar e por tais razões, a regularidade da presente assembleia. **Encerramento**: Nada mais. São Paulo, 23.04.2021. Acionistas presentes: Gaia Impacto Assessoria Financeira Ltda. e João Paulo dos Santos Pacífico. JUCESP nº 230.059/21-1 em 17.05.2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Gaia Impacto Securitizadora S.A.
CNPJ/MF 14.876.090/0001-93 - NIRE 35.300.418.514
Extrato da Ata da Reunião do Conselho de Administração

Data, Hora, Local: 23.04.2021, às 09hs, na sede, Rua Ministro Jesuíno Cardoso, nº 633, 8º andar, conjunto 81, sala 1, Vila Nova Conceição, São Paulo/SP. **Convocação:** Dispensada. **Presença**: Totalidade dos acionistas. **Mesa**: João Paulo dos Santos Pacífico, presidente; Emerson Romualdo Fernandes, secretário. **Deliberações Aprovadas**: **(i)** Reeleger **João Paulo dos Santos Pacífico**, brasileiro, engenheiro, casado, RG nº 25.684.186 (SSP/SP), CPF/MF nº 267.616.938-91, residente em São Paulo/SP, para o cargo de Diretor Presidente, com mandato iniciando-se na presente data, com vigência até a realização da Assembleia Geral que aprovar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social a se encerrar em 31.12.2022, prevista para ser realizada até 30.04.2023; **(ii)** Eleger: **Fábio Silva Gordilho**, brasileiro, administrador, casado, RG nº 06.613.369-64 (SSP/BA), CPF/MF nº 915.853.255-20, residente em São Paulo/SP, para o cargo de Diretor de Relações com Investidores, com mandato iniciando-se na presente data, e para assumir a função de responsável pelo cumprimento das normas da Instrução CVM nº 617, de 5.12.2019, em especial, pela implementação e manutenção da respectiva política de prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo – PLDFT, com vigência até a realização da Assembleia Geral que aprovar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social a se encerrar em 31.12.2022, prevista para ser realizada até 30.04.2023; **(iii)** Eleger: **Priscila Navarro Britto de Abreu**, brasileira, divorciada, convivente sob a união estável sob regime da completa separação de bens, coordenadora de comunicação, RG nº 89.654.684-5 SSP/BA, CPF/MF nº 021.663.095-93, com endereço em São Paulo/SP, para o cargo de Diretora sem designação específica, com mandato iniciando-se na presente data, com vigência até a realização da Assembleia Geral que aprovar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social a se encerrar em 31.12.2022, prevista para ser realizada até 30.04.2023; **(iv)** Os Diretores ora reeleitos e eleitos renunciam a qualquer tipo de remuneração que poderiam fazer jus em razão dos cargos ocupados; **(v)** Foi distribuído o respectivo Termo de Posse que foi assinado por pelos Diretores reeleitos e eleitos; e **(vi)** Autorizar a administração a tomar todas as medidas necessárias à efetivação das deliberações. **Encerramento**: Nada mais. São Paulo, 23.04.2021. Diretor Presidente: João Paulo dos Santos Pacífico; Diretores Sem Designação Específica: Emerson Dos Santos Pacífico (Diretor de Distribuição), Fábio Silva Gordilho (Diretor de Relações com Investidores) e Priscila Navarro Britto de Abreu (Diretora sem designação específica). Conselheiros Presentes: João Paulo dos Santos Pacífico - Presidente do Conselho de Administração, Fábio Silva Gordilho - Vice Presidente do Conselho de Administração e Aline Fernandes Correa - Conselheira. **João Paulo dos Santos Pacífico** - Presidente da Mesa; **Emerson Romualdo Fernandes** - Secretário da Mesa. JUCESP nº 230.058/21-1 em 17.05.2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

EDITAL DE CITAÇÃO-PRAZO DE 20DIAS.PROCESSO Nº **0044572-20.2020.8.26.0100** O(A) MM.Juiz(a) de Direito da 19ªVara Cível, do Foro Central Cível,Estado de São Paulo,Dr(a).CAMILA RODRIGUES BORGES DE AZEVEDO,na forma da Lei,etc.FAZ SABER a(o)s ocupantes não encontrados até o momento,não identificados,réus incertos,desconhecidos e terceiros interessados,que lhe foi proposta uma ação de Reintegração/Manutenção de Posse por parte de Ester de Vasconcelos Pongeti e Kamal Akbaogly,alegando em síntese:a reintegração de posse do imóvel à Rua Muniz de Souza,1.170,matrícula 26.584,1ºCRI-SP,condenando os réus e quem lá estiver ptalicando o esbulho,ao pagamento das despesas,custas processuais e honorários advocatícios.Sendo os ocupantes desconhecidos encontrando-se em lugar incerto e não sabido,foi determinada a sua CITAÇÃO,por EDITAL,para os atos e termos da ação proposta e para que,no prazo de 15dias,que fluirá após o decurso do prazo do presente edital,apresente resposta. Não sendo contestada a ação,o réu será considerado revel,caso em que será nomeado curador especial.Será o presente edital, por extrato,afixado e publicado na forma da lei.NADA MAIS.Dado e passado nesta cidade de São Paulo,aos 23 de abril de 2021. **R.B**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
SÃO PAULO / SP

Pelo presente EDITAL, nos termos do art. 19 da Lei 8004/90 e art. 15 da RD 08/70, tendo em vista a ausência de notificação pessoal pelo oficial do cartório nos termos da certidão apresentada, fica(m) notificado(s)(o) mutuario(s) abaixo, para ciência de que estamos autorizados na forma dos artigos 19 e 21 da Lei nº 8004 de 14/03/1990 e do Decreto-Lei nº 70, de 21/11/1966 e das normas complementares do S.F.H., a promover a execução extrajudicial da(s) HIPOTECA(S) que oneram os imóveis descritos a seguir.

Ficam cientificados, outrossim, de que tem o prazo de 20(vinte) dias, contados de 09/06/2021 , para, querendo, purgar(em) o debito e evitarem a execução, o que poderá ser feito no endereço de cobrança descrito abaixo:

SED:A01898 - CONTRATO: 113704074235 - EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA
ENDEREÇO DO IMÓVEL: RUA ENG ARTUR ANTUNES MACIEL , , N 228, CIDADE DOMITILA, JABAQUARA, SAO PAULO - SP, CEP: 04387-300
JOSE GERALDO DE SOUZA, BRASILEIRO (A), GERENTE DE DEPARTAMENTO, CPF: 035.931.588-76, CI: 13.316.640 SSP/SP CASADO (A) COM MARIA DA CONCEIÇÃO DE SOUZA PEREIRA, BRASILEIRO (A), CABELEREIRA, CPF 044.465.968-45 CI: 15945.760 SP.

BANCO BS2 S/A Endereço de Cobrança: EMGEA - Empresa Gestora de Ativos:
Credor cessionário do contrato habitacional firmado com a
CAIXA Setor Bancário Sul Quadra 2 - Bloco B - Lote 18 Subloja e 1º Subsolo
Ed. São Marcus
70070-902 Brasília - DF
Telefone: (31) 2105-7634
09 - 10 e 11/06

Companhia Brasileira de Alumínio
CNPJ/MF nº 61.409.892/0001-73 - NIRE 35.300.012.763
Ata da Assembleia Geral Extraordinária
Realizada em 30 de Março de 2021

1. Data, Horário e Local - Dia 30 de março de 2021, às 10 horas, na sede social da **Companhia Brasileira de Alumínio**, localizada na Avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini, nº 105, 14º andar, parte, conjunto 141, Cidade Monções, CEP 04571-900, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo ("Companhia"). **2. Presença** - Acionistas representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas lançadas no livro "Presença de Acionistas". Presentes também os peritos responsáveis pela elaboração do laudo de avaliação mencionado abaixo, em observância ao disposto no Artigo 8º, parágrafo 1º, da Lei das S.A.. **3. Convocação** - Dispensadas as formalidades de convocação, com base no Artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."). **4. Mesa Diligente** - Glaisy Peres Domingues, como Presidente da Mesa, e Renato Maia Lopes, Secretário. **5. Ordem do Dia** - A ordem do dia da presente Assembleia Geral Extraordinária compreende a deliberação das seguintes matérias: **(i)** o exame, discussão e aprovação do "Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da Companhia Brasileira de Alumínio e subsequente Incorporação do Acervo Cindido pela Votorantim S.A.", celebrado em 30 de março de 2021, entre a administração da Companhia e a administração da **Votorantim S.A.**, sociedade por ações, com sede na Rua Amauri, nº 255, 13º andar, Conjunto "A", CEP 01448-000, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 03.407.049/0001-51, e com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP sob o NIRE 35.300.313.216 ("Votorantim"), com interveniência da **VP Gestão Ltda.**, sociedade limitada, com sede na Rua Amauri, nº 255, 13º andar, Conjunto "E", CEP 01448-000, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 26.547.288/0001-02, e com seus atos constitutivos arquivados na JUCESP sob o NIRE 35.230.218.805 ("Protocolo"), o qual estabelece os termos e condições da cisão parcial desproporcional da Companhia, seguida da incorporação do respectivo acervo cindido da Companhia ("Acervo Cindido") pela Votorantim; **(ii)** a ratificação da nomeação de (a) Rafael Reva, brasileiro, casado, contador, portador da Carteira de Identidade RG nº 7.955.992-0, domiciliado na cidade de Curitiba, estado do Paraná, na Rodovia dos Minérios 1303 - A, e registrado no Conselho Regional de Contabilidade do Paraná ("CRCPR") sob nº PR-053271/O-0 ("Rafael"), (b) Angela Lico de Almeida, brasileira, vivendo em união estável, contadora, portadora da Carteira de Identidade RG nº 9.912.346-0, domiciliada na cidade de Curitiba, estado do Paraná, na Rodovia dos Minérios 1303 - A, e registrada no CRCPR sob nº PR-077113/O-7 ("Angela"), e (c) Joarez Baida, brasileiro, casado, contador, portador da Carteira de Identidade RG nº 5.217.689-1, domiciliado na cidade de Curitiba, estado do Paraná, na Rodovia dos Minérios 1303, e registrado no CRCPR sob nº PR-048327/O-7 ("Joarez" e, conjuntamente com Rafael e Angela, "Avaliadores"), como peritos responsáveis pela avaliação do Acervo Cindido da Companhia que será vertido para a Votorantim, bem como pela elaboração do respectivo laudo de avaliação, com base no balanço patrimonial da Companhia levantado em 28 de fevereiro de 2021 ("Laudo de Avaliação"); **(iii)** o exame, discussão e aprovação do Laudo de Avaliação; **(iv)** a proposta de cisão parcial desproporcional da Companhia, na forma do Artigo 229 da Lei das S.A., com a subsequente versão do Acervo Cindido para a Votorantim, de acordo com os termos e condições estabelecidos no Protocolo ("Reorganização"); **(v)** a redução do capital social da Companhia em decorrência da Reorganização (se aprovada); **(vi)** a redução do capital social da Companhia para absorver parte dos prejuízos acumulados ("Redução Contábil"); **(vii)** a alteração do caput do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia para refletir as reduções de capital decorrentes da Reorganização e da Redução Contábil (se aprovadas); e **(viii)** a autorização para que a administração da Companhia possa praticar todos os atos e tomar todas as demais providências necessárias à implementação da Reorganização, da Redução Contábil e das deliberações aprovadas na presente assembleia. **6. Deliberações** - Submetidos os referidos documentos a exame e discussão, os acionistas da Companhia decidem por unanimidade e sem ressalvas: **(i)** a aprovação do Protocolo, elaborado em conformidade com o disposto nos Artigos 224 e 225 da Lei das S.A. e cuja cópia integra o **Anexo I** da presente ata; **(ii)** a ratificação da nomeação dos peritos indicados como responsáveis pela avaliação do Acervo Cindido da Companhia que será vertido para a Votorantim, bem como pela elaboração do respectivo Laudo de Avaliação; **(iii)** a aprovação do Laudo de Avaliação elaborado pelos Avaliadores indicados, o qual fixou o valor total do Acervo Cindido em R$ 417.694.874,24 (quatrocentos e dezessete milhões, seiscentos e noventa e quatro mil, oitocentos e setenta e quatro reais e vinte e quatro centavos) e cuja cópia segue anexa ao Protocolo; **(iv)** a aprovação da Reorganização, de acordo com os termos e condições estabelecidos no Protocolo, com a cisão parcial da Companhia e a incorporação do Acervo Cindido pela Votorantim, sendo certo que, na forma do parágrafo único do Artigo 233 da Lei das S.A., a Votorantim sucederá a Companhia exclusivamente com relação às obrigações e direitos que compõem o Acervo Cindido absorvido pela Votorantim, sem qualquer interrupção das atividades ajustadas exercidas pela Companhia; **(v)** a aprovação da redução do capital social da Companhia em decorrência da Reorganização ora aprovada, o qual passará dos atuais R$ 4.950.616.429,21 (quatro bilhões, novecentos e cinquenta milhões, seiscentos e dezesseis mil, quatrocentos e vinte e nove reais e vinte e um centavos) para R$ 4.532.921.554,97 (quatro bilhões, quinhentos e trinta e dois milhões, novecentos e vinte e um mil, quinhentos e cinquenta e quatro reais e noventa e sete centavos), resultando, portanto, em uma redução de R$ 417.694.874,24 (quatrocentos e dezesseis milhões, seiscentos e noventa e quatro mil, oitocentos e setenta e quatro reais e vinte e quatro centavos), mediante o cancelamento de 187.148.848 (cento e oitenta e sete milhões, cento e quarenta e oito mil, oitocentas e quarenta e oito) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas de titularidade da Votorantim; **(vi)** a aprovação da redução do capital social da Companhia para absorver parte dos prejuízos contábeis acumulados da Companhia, nos termos do Artigo 176 da Lei das S.A., no montante total de R$ 483.461.826,51 (quatrocentos e oitenta e três milhões, quatrocentos e sessenta e um mil, oitocentos e vinte e seis reais e cinquenta e um centavos), sem o cancelamento de ações emitidas pela Companhia; **(vii)** a aprovação da alteração do caput do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia para refletir as reduções de capital deliberadas nos itens (v) e (vi) acima, que passará a vigorar com a seguinte redação: "*Artigo 5º - O capital social da Companhia, subscrito e totalmente integralizado, é de R$ 4.049.459.726,46 (quatro bilhões, quarenta e nove milhões, quatrocentos e cinquenta e nove mil, setecentos e vinte e oito reais e quarenta e seis centavos), dividido em 1.233.375.762 (um bilhão, duzentas e trinta e três milhões, trezentas e setenta e cinco mil, setecentas e sessenta e duas) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal*"; **(viii)** a autorização para que os administradores da Companhia possam praticar todos os atos e tomar todas as demais providências necessárias à implementação da Reorganização, da Redução Contábil e das deliberações aprovadas na presente assembleia, os quais ficam investidos, desde já, dos mais amplos poderes para representar a Companhia perante autoridades públicas federais, estaduais ou municipais, incluindo juntas comerciais, secretarias federais, estaduais ou municipais, cartórios de registro de imóveis, inclusive para efetuar a retificação de áreas decorrentes de eventual georeferenciamento, podendo promover junto aos órgãos públicos competentes as alterações que se fizerem necessárias. **7. Encerramento** - Nada mais havendo a tratar, foi oferecida a palavra a todos os presentes e, ninguém se manifestando, foram encerrados os trabalhos. Os acionistas presentes aprovaram a lavratura da ata na forma de sumário, nos termos do § 1º do Artigo 130 da Lei das S.A. Em seguida, a ata foi lida, achada conforme e assinada por todos os presentes: Glaisy Peres Domingues, Presidente, e Renato Maia Lopes, Secretário; Acionistas: Votorantim S.A

SOLVÍ PARTICIPAÇÕES S.A.

C.N.P.J. nº 02.885.838/0001-50

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - EXERCÍCIO 2020

Senhores Acionistas. Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o balanço patrimonial e as demonstrações de resultado, correspondentes aos exercícios findos em 31/12/2020 e 31/12/2019, acompanhado do relatório completo dos auditores independentes elaborado de acordo com os princípios contábeis brasileiros.

NOSSO NEGÓCIO: A Solví é um grupo nacional de atuação em multi soluções ambientais integradas. As empresas do Grupo destacam-se nos serviços de tratamento e destinação final de resíduos urbanos e industriais, coleta de resíduos e valorização energética. Está presente em centenas de municípios brasileiros, na Argentina, na Bolívia e no Peru. O Grupo tem trajetória de mais de 40 anos marcada pela inovação, pioneirismo, segurança e alto nível de seus serviços. Realizou a primeira venda no mundo de créditos de carbono, oriundos de biogás de aterro sanitário e é também responsável pela implantação da primeira usina termelétrica movida a biogás do Nordeste e da maior usina termelétrica à biogás da América Latina, localizada em Cariacica - SP. Conta com mais de 13.000 colaboradores e em 2020, foi responsável por 1 bilhão de 3,3 milhões de toneladas de resíduos, tratou 11,7 milhões de toneladas de resíduos e produziu 382.288 MWh/ano de energia.

CLIENTES: Os clientes das empresas do Grupo Solví contam com serviços realizados por equipes técnicas qualificadas e em constante desenvolvimento profissional. São cerca de 8.000 clientes, entre os segmentos público e privado, para os quais são desenvolvidas soluções e projetos inovadores, focados na melhoria contínua, gerar valor sustentável, produtividade e segurança ambiental sempre com integralidade e ética em cada processo. Independentemente do local ou do segmento, no site do cliente ou em nossas instalações (Unidades de Valorização Sustentável - UVS), colocamos os nossos clientes no centro de nossas atividades, oferecendo serviços e soluções de tecnologia ambiental de ponta. Desenvolvemos projetos de engenharia de soluções para a vida, com a oferta de energia sustentável, integrada, diferenciada e inovadores, capazes de contribuir para a preservação dos recursos essenciais e para o bem-estar da sociedade, contribuindo assim com cada cliente em sua estratégia de ESG. Neste aspecto a Solví possui equipe com grande experiência em ESG aplicada, onde além de manter projetos que estimulam e teme promover também a sua operacionalização há mais de 20 anos, sendo o Instituto Solví um destes exemplos.

PESSOAS: O PILAR QUE SUSTENTA O NOSSO FUTURO: A Solví acredita que o investimento no treinamento e desenvolvimento dos colaboradores é imprescindível para sua sustentabilidade corporativa. A Academia de Excelência, em parceria com as áreas de Gestão de Pessoas de cada Unidade de Valorização Sustentável (UVS) realizam ações de treinamento e desenvolvimento com foco em desenvolvimento técnico e comportamental dos colaboradores, visando ao aprimoramento de habilidades, relacionadas ao perfil do cargo - atendendo aos padrões e aumentando a produtividade, aperfeiçoamento de desempenho e das relações interpessoais, além de desenvolver novos conhecimentos para outras funções para as quais o colaborador pode ser considerado, produzindo um processo de aprimoramento profissional e pessoal.

Sinal.

SEGURANÇA É UMA OBSESSÃO: Em 2020, alinhado aos princípios de governança, a Solví fortaleceu ainda mais o valor segurança operacional dentre seus valores empresariais. Tal medida atende a expectativa dos acionistas de alcançar um patamar adicional em segurança ocupacional, onde a cultura de segurança operacional e a interdependência da temática em questão se colaboradores devem promover toda organização. Ao analisar os indicadores de segurança da Solví ao longo dos anos verifica-se uma trajetória exitosa, contudo esta nova fase tem por objetivo diminuir a dependência dos colaboradores em relação a regras e procedimentos para a transformação em uma cultura onde um colaborador é responsável pela sua segurança e do seu companheiro de trabalho, independentemente de regras e procedimentos. Neste sentido, foi estabelecido um programa denominado DPS (Operação com Produtividade e Segurança), com auxílio de empresa renomada de consultoria mundial, para comprometer este objetivo estratégico. A segurança ambiental das operações também é um ponto de destaque para o mercado e que se aprimora constantemente, destacando-se as medidas que garantem a proteção do solo, recursos hídricos, ar, fauna, flora e comunidades do entorno de nossas UVSs. Todas as medidas acima destacadas são estabelecidas e garantidas através das melhores práticas operacionais e padrões de excelência definidos e auditados pela Companhia a exemplo do Programa ASAS e as Publicações citadas por organismos independentes.

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL: PROGRAMA DE PARCERIA CIDADÃ COM A SOCIEDADE - PPCS: O Programa Parceria Cidadã com a Sociedade, PPCS, é um Programa Corporativo do Grupo Solví, que visa estreitar o relacionamento de cada Unidade de Valorização Sustentável (UVS) com os públicos de interesse, promovendo ações de relacionamento com a comunidade, stakeholders, medindo seu grau de reconhecimento e posicionando os negócios como operações que geram valor e riquezas econômicas, sociais e ambientais para as pessoas e para a sociedade. Desse modo, a Solví e suas controladas fortalecem o relacionamento e a parceria com a comunidade, visando a construção de uma relação harmoniosa, mitigação de possíveis impactos no entorno dos empreendimentos e a manutenção de reputação e imagem positiva das empresas.

GESTÃO DE RISCOS NA PAUTA: As estruturas e processos de gestão de riscos no Grupo Solví estão definidos em conexão direta com sua visão estratégica e atuam de forma integrada e proativa nos riscos que possam afetar seus princípios fundamentais de integridade, cuidado com as pessoas, comunidades e meio ambiente, nossa reputação, a excelência de nossa gestão e confiabilidade de nossos ativos e a busca da realização de nossos objetivos de negócio. O processo é padronizado em uma estrutura corporativa segundo o modelo de três linhas de defesa e atuação nos diversos negócios do Grupo possibilita uma visão ampla, ações integradas de mitigação e o gerenciamento adequado dos responsabilidades pelos riscos. Para que a gestão de Riscos seja efetivamente realizada na prática, a Solví desenvolveu o Programa PSR-TG, cuja finalidade é a sistematização, treinamento e manutenção constante dos colaboradores operacionais sobre todos os procedimentos a serem cumpridos por sua função, para que estejam garantida a conformidade com leis e regulamentos, licenças e normas internas.

PROGRAMA DE INTEGRIDADE EM DESTAQUE: O Programa de Integridade Sustentável (PIS) é carro-chefe da evolução contínua do Compliance no Grupo Solví. A Comissão de Integridade, equipe multidisciplinar coordenada pela Diretora Jurídica e de Compliance, é responsável por estabelecer diretrizes corporativas para o PIS de cada empresa pertencente ao Grupo e suas filiais. A Solví conta com canal de conduta terceirizado (contil.com/ouvidoria/solvi.com) ou (www.codigodeconduta/solvi.com) e processos de análise e tratamento de denúncias, assim como detém processo de governança para recomendação e aplicação de consequências cabíveis. O êxito alcançado no desafio de incorporar a Integridade aos valores do Grupo Solví, fazendo com que todos os seus mais de 13.000 colaboradores, fornecedores, clientes e demais stakeholders tenham tal convicção, deve-se ao lema de que "Todo dia é Dia de Integridade na Solví". A Semana de Integridade, evento realizado semestralmente e simultaneamente em todas as controladas da Solví, já contou com 8 edições. Para conhecer mais, acesse www.semanadeintegridade.com Como uma das frentes do PIS, em dezembro/2019, a Solví obtiveram a certificação ISO 37.001 - Sistema de Gestão Antisuborno.

EFEITOS DA COVID 2019: Face à pandemia mundial, a Administração tem atuado em regime diferenciado a fim de garantir que as empresas do Grupo Solví sigam operando na normalidade, contornando de maneira totalmente satisfatória os impactos que a possível contaminação de colaboradores e/ou os novos procedimentos necessários vão exigidos poderiam causar de operações. No flanco econômico-financeiro, a Administração acompanha qualquer possível impacto, analisa e coloca em prática todas as medidas mitigadoras que se encontram ao alcance, no sentido de preservar a saúde financeira da Solví e das empresas do Grupo. Como essas Demonstrações Financeiras comprovam, as atividades do Grupo mostraram-se, na sua quase totalidade, bastante resilientes, o que somado às medidas importadas pela Administração, levaram ao resultado consolidado apresentado. Agradecemos aos Acionistas pelo apoio à Administração na condução dos negócios; aos nossos clientes, fornecedores e instituições financeiras parceiras por nos acompanhar no desenvolvimento sustentado da Solví; e, acima de tudo, aos nossos mais de 13 mil colaboradores que incansavelmente se dedicam para garantir o bem-estar esperado de Sociedades que atuam o Grupo atua.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019 *(Valores expressos em milhares de reais)*

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
ATIVO				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	12.102	46.902	262.997	264.011
Títulos e valores mobiliários	-	14.523	5.278	22.637
Contas a receber de clientes	7.652	14.799	495.051	566.211
Títulos a receber de partes relacionadas	500	-	-	1.420
Ativo financeiro de concessão	-	-	5.824	5.824
Estoques	70	64	56.115	36.320
Dividendos a receber	64.612	56.433	3.679	12.226
Impostos a recuperar - Imposto de Renda e Contribuição Social	2.833	-	44.571	36.788
Impostos a recuperar	22	22	68.791	68.588
Outras contas a receber	19.976	4.825	52.338	43.633
Contas a receber em consórcios	-	-	3.126	37.360
Adiantamento a fornecedores	132	119	4.291	2.871
Total do ativo circulante	**107.899**	**137.687**	**1.002.061**	**1.097.969**
Não Circulante				
Realizável a longo prazo:				
Títulos e valores mobiliários	-	-	8.572	6.726
Impostos a recuperar - Imposto de Renda e Contribuição Social	-	24.662	-	24.662
Impostos a recuperar	-	-	13.860	5.847
Contas a receber de clientes	-	-	88.478	12.396
Títulos a receber de partes relacionadas	11.833	146.876	13.651	25.140
Ativo financeiro de concessão	-	-	21.928	26.290
Ativo fiscal diferido	-	-	168.959	177.430
Outras contas a receber	1.298	74.264	40.896	92.688
Dividendos a receber	-	-	5.875	-
Depósitos judiciais	15.237	14.666	45.301	51.588
Total do realizável a longo prazo	**28.368**	**260.468**	**407.520**	**422.765**
Investimentos	1.756.492	1.587.538	144.268	126.599
Imobilizado	3.179	3.764	829.870	747.737
Direito de uso - arrendamento	10.709	9.725	68.291	64.403
Intangível	4.006	2.480	973.673	981.107
Total do ativo não circulante	**1.774.386**	**1.863.975**	**2.423.622**	**2.342.611**
Total do Ativo	**1.910.053**	**2.001.662**	**3.425.683**	**3.440.580**

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Circulante				
Fornecedores	10.141	12.001	240.441	251.266
Mútuos a pagar a partes relacionadas	6.080	12.000	-	-
Empréstimos e financiamentos	6.189	30.026	73.419	106.048
Debêntures e outros títulos	4.060	4.107	34.568	35.734
Passivo de arrendamento	1.127	976	15.285	12.530
Salários, benefícios e encargos sociais	9.147	7.156	129.956	115.416
Impostos, taxas e contribuições	666	2.771	74.239	83.452
Imposto de renda e contribuição social	-	-	40.795	45.394
Dividendos a pagar	-	12.133	43.281	48.448
Adiantamentos de clientes	68	169	25.809	22.398
Outras contas a pagar	20.671	3.998	31.794	26.730
Total do passivo circulante	**58.149**	**85.329**	**709.587**	**747.416**
Não Circulante				
Fornecedores	21	-	3.157	5.784
Mútuos a pagar a partes relacionadas	4.584	41.222	2.158	11.326
Dividendos a pagar	-	30.000	-	30.000
Empréstimos e financiamentos	1.841	8.013	276.612	242.633
Debêntures e outros títulos	648.720	648.720	677.809	707.054
Passivo de arrendamento	10.198	9.045	57.244	54.075
Impostos, taxas e contribuições	-	-	14.503	8.196
Passivo fiscal diferido	-	-	117.985	118.423
Provisões	12	7	252.761	212.684
Adiantamentos de clientes	-	-	530	-
Total do passivo não circulante	**665.376**	**737.007**	**1.402.759**	**1.390.175**
Patrimônio Líquido				
Capital social	440.450	440.450	440.450	440.450
Reserva de capital	668.029	668.029	668.029	668.029
Reservas de lucros	19.431	48.205	19.431	51.133
Reserva especial de ágio	3.143	3.143	3.143	3.143
Ajustes de avaliação patrimonial	56.075	19.499	56.075	16.521
Total do patrimônio líquido dos controladores	**1.187.128**	**1.179.326**	**1.187.128**	**1.179.326**
Participação dos não controladores	-	-	126.209	123.663
Total do patrimônio líquido	-	-	**1.313.337**	**1.302.989**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**1.910.053**	**2.001.662**	**3.425.683**	**3.440.580**

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019 (Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receita Operacional Bruta	-	**1.293**	**2.320.620**	**2.245.673**
Impostos incidentes sobre serviços prestados	-	(184)	(289.094)	(270.149)
Receita Operacional Líquida	-	**1.109**	**2.031.526**	**1.974.329**
Custo dos serviços prestados	-	-	(1.568.012)	(1.520.229)
Lucro Bruto	-	**1.109**	**462.914**	**454.099**
Receitas e Despesas Operacionais				
Despesas comerciais	(239)	(503)	(8.512)	(7.162)
Despesas administrativas	(31.452)	(29.182)	(153.626)	(143.870)
Outras receitas operacionais	242.866	34	263.491	4.086
Outras despesas operacionais	(33.326)	(7.327)	(81.695)	(20.416)
Reversão/(provisão) de redução ao valor recuperável	-	(36.056)	227	(42.283)
Resultado de equivalência patrimonial	122.025	138.902	14.702	10.872
Receitas e Despesas Operacionais Líquidas	**299.874**	**65.868**	**34.587**	**(198.772)**
Lucro antes das Receitas e Despesas Financeiras	**299.874**	**66.977**	**497.501**	**255.318**
Receitas e Despesas Financeiras				
Receitas financeiras	17.908	17.854	35.137	45.930
Despesas financeiras	(38.868)	(22.851)	(113.594)	(152.655)
Resultado Financeiro Líquido	**(20.960)**	**(55.197)**	**(78.457)**	**(111.675)**
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	**278.114**	**11.780**	**419.044**	**143.643**
Imposto de Renda e Contribuição Social				
Corrente	(49.810)	-	(148.789)	(100.312)
Diferido	(3.960)	-	(9.298)	(3.938)
Incentivo lucro da exploração	-	-	2.250	3.260
Lucro Líquido do Exercício	**225.344**	**11.780**	**263.207**	**42.653**
Atribuível a:				
Acionistas da Controladora	-	-	225.344	11.780
Participação de não controladores	-	-	37.863	30.873
Lucro por Ação:				
Básico e diluído	0,37857	0,01979	0,37857	0,01979

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019 (Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
1 - Receitas	**3.787**	**1.325**	**2.342.619**	**2.250.881**
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	-	1.293	2.320.620	2.243.773
Outras receitas	3.787	32	25.111	8.052
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - (constituição)/reversão	-	-	(3.112)	(944)
2 - Insumos Adquiridos de Terceiros	**211.613**	**(38.333)**	**(610.149)**	**(739.355)**
(inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)				
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	-	-	(340.233)	(293.592)
Materiais, energia, serviços de terceiros	13.273	12.133	(389.021)	(345.180)
Perda/recuperação de valores ativos	239.079	-	238.978	(4.463)
Outros	(40.739)	(50.466)	(119.873)	(96.120)
3 - Valor Adicionado Bruto (1-2)	**215.400**	**(37.008)**	**1.732.470**	**1.511.526**
4 - Depreciação e Amortização	**(1.800)**	**(1.884)**	**(146.785)**	**(142.921)**
5 - Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (3-4)	**213.600**	**(38.892)**	**1.585.685**	**1.368.605**
6 - Valor Adicionado Recebido em Transferência	**139.933**	**159.484**	**56.769**	**59.785**
Resultado de equivalência patrimonial	122.025	138.902	14.702	10.873
Receitas financeiras	17.908	20.582	35.137	42.057
Outras	-	6.930	6.930	6.855
7 - Valor Adicionado Total a Distribuir (5+6)	**353.533**	**120.592**	**1.642.454**	**1.428.390**
8 - Distribuição do Valor Adicionado	**353.533**	**120.592**	**1.642.454**	**1.428.390**
8.1) Pessoal	**28.179**	**26.733**	**585.131**	**602.383**
Remuneração direta	22.873	21.708	420.918	427.774
Benefícios	4.237	3.997	134.648	140.854
F.G.T.S	1.069	1.037	29.565	33.755
8.2) Impostos, taxas e contribuições	**61.778**	**8.393**	**513.574**	**466.392**
Federais	61.177	7.700	401.984	347.018
Estaduais	-	-	9.524	8.180
Municipais	601	693	102.066	111.194
8.3) Remuneração de capitais de terceiros	**38.232**	**73.686**	**280.542**	**316.972**
Juros	37.708	73.330	165.148	148.103
Aluguéis	526	356	172.794	167.279
Outras	-	-	2.600	1.593
8.4) Remuneração de capitais próprios	**225.344**	**11.780**	**263.207**	**42.653**
Lucro líquido do exercício	225.344	11.780	225.344	11.780
Participação dos não-controladores	-	-	37.863	30.873

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019 (Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Lucro líquido do exercício	225.344	11.780	263.207	42.653
Itens que não afetam o caixa:				
Depreciação, amortização e arrendamento mercantil	1.799	1.884	143.669	153.734
Baixa de imobilizado e intangível	5	1	13.975	47.594
Equivalência patrimonial	(122.025)	(138.902)	(14.702)	(10.873)
Encargos financeiros e variação cambial sobre financiamentos, empréstimos, debêntures, arrendamento e mútuos	19.990	71.718	83.871	112.591
Rendimentos financeiros inerentes a mútuos cedidos	(11.021)	(13.022)	(3.685)	(12.223)
Reversão de ajustes de inventário	-	-	70	(1.142)
Provisão para conscientização da população	-	-	-	(1.124)
Reversão para urbanização de aterros	-	-	34.739	38.184
(Reversão)/Provisão para perda de mútuos	-	-	12.941	40.014
Reversão para créditos de liquidação duvidosa	-	36.056	28.056	5.857
(Reversão) para baixa de medição em duplicidade	-	-	-	(1.502)
(Reversão) reconhecimento de crédito extemporâneo de Pis e Cofins de exercícios anteriores	-	-	-	7.783
(Reversão) da receita financeira sobre o custo amortizado do ativo financeiro	-	-	-	(2.361)
Reversão para contingências	38	38	21.861	(2.866)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	53.770	-	155.837	100.991
Redução/Aumento nos ativos operacionais:				
Títulos e valores mobiliários	14.523	(14.523)	15.513	(10.747)
Contas a receber de clientes	173	576	(34.061)	138.941
Partes relacionadas	6.974	(13.145)	1.083	(11.241)
Impostos a recuperar - Imposto de Renda e Contribuição Social	21.829	(2.912)	16.859	(11.793)
Impostos a recuperar	-	-	(7.216)	(19.578)
Estoques	(6)	(17)	(19.821)	(8.272)
Dividendos recebidos	197.848	58.570	4.657	6.118
Outras contas a receber	(59.673)	(71.943)	43.087	(81.112)
Aporte de numerário em consórcios	-	-	34.234	(28.195)
Depósitos judiciais	(480)	(13.306)	8.027	(22.146)
Adiantamento a fornecedores	(13)	98	(1.320)	3.451
Ativo financeiro de concessão	-	-	4.362	6.209
Redução nos passivos operacionais:				
Fornecedores	(846)	(1.468)	(16.570)	3.547
Partes relacionadas	(893)	(22.268)	3.118	(19.385)
Salários, benefícios e encargos sociais	1.991	(1.677)	14.540	(17.332)
Impostos, taxas e contribuições	(2.986)	(2.045)	(3.246)	(6.794)
Pagamento de contingências	(124)	(124)	(17.141)	(28.182)
Adiantamento de clientes	(101)	-	3.941	8.610
Outras contas a pagar	(6.011)	(16.058)	(17.627)	(10.854)
Caixa gerado pelas/aplicado nas atividades operacionais	**339.805**	**(138.588)**	**740.134**	**400.156**
Pagamento de impostos sobre o lucro	(49.810)	-	(148.443)	(73.389)
Mútuos ativos - recebimento Juros	519	147	1.057	553
Mútuos passivos - juros pagos	(9.112)	(2.367)	(77)	(228)
Debêntures - juros pagos	(31.004)	(43.216)	(36.661)	(50.106)
Empréstimos e financiamentos - juros pagos	(1.306)	(1.697)	(30.948)	(40.295)
Passivo de arrendamento - pagamento juros	(825)	(758)	(5.961)	(5.030)
Caixa líquido gerado pelas/aplicado nas atividades operacionais	**248.167**	**(186.480)**	**559.101**	**240.702**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento				
Venda de Investimento - Manaus	-	142.281	-	142.281
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	34.178	-	30.303
Mútuos ativos - concedidos	(7.891)	(267.101)	(17.162)	(101.198)
Mútuos ativos - recebimento principal	69.276	45.716	62	45.673
Redução de investimento	-	687	-	(6.400)
Aquisições de imobilizado	(2.064)	(2.323)	(167.058)	(178.909)
Adição de intangível	(122)	-	(26.292)	(12.151)
Caixa líquido gerado pelas/aplicado nas atividades de investimento	**59.199**	**(67.836)**	**(210.450)**	**(80.186)**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento				
Pagamento Fee referente alteração societária	-	(16.402)	-	(16.402)
Aumento de capital	-	11.000	-	13.809
Aumento de reserva de capital	-	729.954	-	729.954
Mútuos passivos - captação	39.222	23.922	8.207	5.326
Mútuos passivos - pagamento principal	(79.748)	(54.045)	(6.146)	(6.256)
Notas promissórias - pagamento Principal	-	-	(1.049)	(1.993)
Debêntures - pagamento principal	-	(96.991)	(29.169)	(121.850)
Empréstimos e financiamentos - captação	-	35.006	158.348	187.681
Empréstimos e financiamentos - pagamento principal	(30.019)	(12.436)	(174.289)	(417.468)
Passivo de arrendamento	(239)	(262)	(9.259)	(7.159)
Dividendos pagos	(271.382)	(340.335)	(296.308)	(378.861)
Caixa líquido aplicado nas/gerado pelas atividades de financiamento	**(342.166)**	**279.411**	**(349.605)**	**(12.927)**
(Redução Líquida)/Aumento Líquido do Saldo de Caixa e Equivalentes De Caixa	**(34.800)**	**33.095**	**(1.014)**	**147.591**
Caixas e equivalentes de caixa no início do exercício	46.902	13.807	264.011	116.420
Caixas e equivalentes de caixa no fim do exercício	12.102	46.902	262.997	264.011
Variação líquida do saldo de caixa e equivalentes de caixa	**(34.800)**	**33.095**	**(1.014)**	**147.591**

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019 (Valores expressos em milhares de reais)

			Reservas de lucros						
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Reserva especial de ágio	Lucros acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Patrimônio líquido dos controladores	Participação de não controladores	Patrimônio líquido consolidado
Saldos em 31 de Dezembro de 2018	**429.450**	**88.014**	**20.581**	**(8.485)**	**3.143**	-	**11.946**	**544.649**	**115.365**	**660.014**
Constituição de reserva de capital	-	729.954	-	-	-	-	-	729.954	-	729.954
Aumento de capital	11.000	-	-	-	-	-	-	11.000	2.809	13.809
Transação de capital entre partes relacionadas	-	(133.537)	-	(8.035)	-	40.015	-	(101.557)	3.404	(98.153)
Pagamento Fee referente alteração societária	-	(16.402)	-	-	-	-	-	(16.402)	-	(16.402)
Outros	-	-	-	7.118	-	-	-	7.118	428	7.546
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	8.852	-	8.852	30.873	39.725
Equivalência sobre movimentação patrimonial em controlada	-	-	-	292	-	-	-	292	336	628
Ajustes acumulados de conversão	-	-	-	-	-	-	8.243	8.243	664	8.907
Reserva legal	-	-	2.554	-	-	(2.554)	-	-	-	-
Reserva de lucros	-	-	-	34.181	-	(34.181)	-	-	-	-
Ajustes reflexos de hiperinflação em investimentos na Argentina	-	-	-	-	-	-	(690)	(690)	-	(690)
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	(12.132)	-	(12.132)	(30.217)	(42.349)
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	**440.450**	**668.029**	**23.135**	**25.071**	**3.143**	-	**19.499**	**1.179.326**	**123.663**	**1.302.989**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	225.344	-	225.344	37.863	263.207
Reserva legal	-	-	11.267	-	-	(11.267)	-	-	-	-
Reserva de lucros	-	-	-	(1.304)	-	1.304	-	-	-	-
Dividendos propostos	-	-	-	(24.512)	-	(215.381)	-	(239.893)	(31.892)	(271.785)
Ajustes acumulados de conversão	-	-	-	-	-	-	39.848	39.848	(6.494)	33.354
Ajustes reflexos de hiperinflação em investimentos na Argentina	-	-	-	-	-	-	(3.273)	(3.273)	-	(3.273)
Outros	-	-	-	(14.227)	-	-	-	(14.227)	3.069	(11.158)
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	**440.450**	**668.029**	**34.403**	**(14.972)**	**3.143**	-	**56.075**	**1.187.128**	**126.209**	**1.313.337**

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONFORME OS PRINCÍPIOS CONTÁBEIS BRASILEIROS

BALANÇOS PATRIMONIAIS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019 *(Valores expressos em milhares de reais)*

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
ATIVO				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	12.102	46.902	262.997	264.011
Títulos e valores mobiliários	-	14.523	5.278	22.637
Contas a receber de clientes	7.652	14.799	495.051	566.211
Títulos a receber de partes relacionadas	500	-	-	1.420
Ativo financeiro de concessão	-	-	5.824	5.824
Estoques	70	64	56.115	36.320
Dividendos a receber	64.612	56.433	3.679	12.226
Impostos a recuperar - Imposto de Renda e Contribuição Social	2.833	-	44.571	36.788
Impostos a recuperar	22	22	68.791	68.588
Outras contas a receber	19.976	4.825	52.338	43.633
Contas a receber em consórcios	-	-	3.126	37.360
Adiantamento a fornecedores	132	119	4.291	2.871
Total do ativo circulante	**107.899**	**137.687**	**1.002.061**	**1.097.969**
Não Circulante				
Realizável a longo prazo:				
Títulos e valores mobiliários	-	-	8.572	6.726
Impostos a recuperar - Imposto de Renda e Contribuição Social	-	24.662	-	24.662
Impostos a recuperar	-	-	13.860	5.847
Contas a receber de clientes	-	-	88.478	12.396
Títulos a receber de partes relacionadas	11.833	146.876	13.651	25.140
Ativo financeiro de concessão	-	-	21.928	26.290
Ativo fiscal diferido	-	-	168.959	177.430
Outras contas a receber	1.298	74.264	40.896	92.688
Dividendos a receber	-	-	5.875	-
Depósitos judiciais	15.237	14.666	45.301	51.588
Total do realizável a longo prazo	**28.368**	**260.468**	**407.520**	**422.765**
Investimentos	1.756.492	1.587.538	144.268	126.599
Imobilizado	3.179	3.764	829.870	747.737
Direito de uso - arrendamento	10.709	9.725	68.291	64.403
Intangível	4.006	2.480	973.673	981.107
Total do ativo não circulante	**1.774.386**	**1.863.975**	**2.423.622**	**2.342.611**
Total do Ativo	**1.910.053**	**2.001.662**	**3.425.683**	**3.440.580**

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Circulante				
Fornecedores	10.141	12.001	240.441	251.266
Mútuos a pagar a partes relacionadas	6.080	12.000	-	-
Empréstimos e financiamentos	6.189	30.026	73.419	106.048
Debêntures e outros títulos	4.060	4.107	34.568	35.734
Passivo de arrendamento	1.127	976	15.285	12.530
Salários, benefícios e encargos sociais	9.147	7.156	129.956	115.416
Impostos, taxas e contribuições	666	2.771	74.239	83.452
Imposto de renda e contribuição social	-	-	40.795	45.394
Dividendos a pagar	-	12.133	43.281	48.448
Adiantamentos de clientes	68	169	25.809	22.398
Outras contas a pagar	20.671	3.998	31.794	26.730
Total do passivo circulante	**58.149**	**85.329**	**709.587**	**747.416**
Não Circulante				
Fornecedores	21	-	3.157	5.784
Mútuos a pagar a partes relacionadas	4.584	41.222	2.158	11.326
Dividendos a pagar	-	30.000	-	30.000
Empréstimos e financiamentos	1.841	8.013	276.612	242.633
Debêntures e outros títulos	648.720	648.720	677.809	707.054
Passivo de arrendamento	10.198	9.045	57.244	54.075
Impostos, taxas e contribuições	-	-	14.503	8.196
Passivo fiscal diferido	-	-	117.985	118.423
Provisões	12	7	252.761	212.684
Adiantamentos de clientes	-	-	530	-
Total do passivo não circulante	**665.376**	**737.007**	**1.402.759**	**1.390.175**
Patrimônio Líquido				
Capital social	440.450	440.450	440.450	440.450
Reserva de capital	668.029	668.029	668.029	668.029
Reservas de lucros	19.431	48.205	19.431	51.133
Reserva especial de ágio	3.143	3.143	3.143	3.143
Ajustes de avaliação patrimonial	56.075	19.499	56.075	16.521
Total do patrimônio líquido dos controladores	**1.187.128**	**1.179.326**	**1.187.128**	**1.179.326**
Participação dos não controladores	-	-	126.209	123.663
Total do patrimônio líquido	-	-	**1.313.337**	**1.302.989**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**1.910.053**	**2.001.662**	**3.425.683**	**3.440.580**

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE

solvi ...continuação

SOLVÍ PARTICIPAÇÕES S.A.

C.N.P.J. nº 02.886.838/0001-50

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019 (Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Lucro líquido do exercício	225.244	11.782	283.202	36.031
Itens que não afetam o caixa:				
Depreciação, exaustão e amortizacão mercantil	1.799	1.884	143.669	153.734
Baixa de imobilizado e intangível	5	1	13.975	47.594
Equivalência patrimonial	(122.025)	(138.902)	(14.702)	(10.873)
Encargos financeiros e variação cambial sobre financiamentos, empréstimos, debêntures, arrendamento e mútuos	19.990	71.718	83.871	112.591
Rendimentos financeiros inerentes a mútuos cedidos	(11.021)	(13.022)	(3.685)	(12.223)
Reversão de ajustes de inventário	-	-	70	(1.142)
Provisão para conscientização da população	-	-	(1.124)	-
Reversão/ajustes/baixa de ativos	-	-	34.729	38.184
(Reversão)/Provisão para perda de mútuos	-	-	12.941	40.014
Reversão para créditos de liquidação duvidosa	-	36.056	28.056	5.857
(Reversão) para baixa de medição em dupla cidade	-	-	-	(1.502)
(Reversão) reconhecimento de crédito extemporâneo de Pis e Cofins de exercícios anteriores	-	-	-	7.783
(Reversão/receita financeira sobre o custo amortizado do ativo financeiro	-	-	-	(2.381)
Reversão para contingências	38	38	21.861	(2.866)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	53.770	-	105.837	100.991
Redução/Aumento nos ativos operacionais:				
Títulos e valores mobiliários	14.523	(14.523)	15.513	(10.747)
Estoques (líquido)	173	576	(34.061)	(38.941)
Partes relacionadas	6.974	(13.145)	1.083	(11.741)
Impostos a recuperar - Imposto de Renda e Contribuição Social	21.829	(2.912)	16.859	(11.793)
Impostos a recuperar	-	-	(8.216)	(19.578)
Estoques	(6)	(17)	(19.821)	(8.272)
Dividendos recebidos	197.848	58.570	4.652	6.118
Outras contas a receber	(59.873)	(71.843)	43.087	(81.112)
Aporte de numerário em consórcios	-	-	34.234	(28.195)
Depósitos judiciais	(480)	(13.306)	7.827	(22.146)
Adiantamento a fornecedores	(13)	96	(1.320)	3.451
Ativo financeiro de concessão	-	-	4.362	6.209
Redução nos passivos operacionais:				
Fornecedores	(846)	(1.466)	(16.570)	3.547
Partes relacionadas	(993)	(22.288)	3.118	(19.388)
Salários, benefícios e encargos sociais	1.991	(1.677)	14.540	(17.332)
Impostos, taxas e contribuições	(2.986)	(2.045)	(3.248)	(6.794)
Pagamento de contingências	(1.124)	(124)	(17.141)	(28.163)
Adiantamento de clientes	(101)	-	3.941	8.610
Outras contas a pagar	(8.611)	(18.025)	(11.627)	(10.854)
Caixa gerado pelas/aplicado nas atividades operacionais	**339.805**	**(130.589)**	**770.134**	**409.194**
Pagamentos de impostos sobre a renda	(48.870)	-	(148.443)	(73.388)
Mútuos ativos - recebimento Juros	519	147	1.057	553
Mútuos passivos - juros pagos	(9.112)	(2.367)	(77)	(228)
Debêntures - juros pagos	(31.004)	(43.216)	(36.661)	(50.108)
Empréstimos e financiamentos - juros pagos	(1.308)	(1.697)	(20.948)	(40.295)
Passivos de arrendamento - pagamento juros	(925)	(758)	(5.961)	(5.030)
Caixa líquido gerado pelas/aplicado nas atividades operacionais	**248.167**	**(178.480)**	**559.101**	**240.702**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento				
Venda de Investimento - Manaus	-	142.281	-	142.281
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	34.178	-	30.303
Mútuos ativos - concedidos	(7.891)	(287.101)	(17.162)	(101.181)
Mútuos ativos - recebimento principal	69.276	45.716	62	45.973
Redução de investimento	-	(587)	-	(6.400)
Aquisições de imobilizado	(2.064)	(2.323)	(167.058)	(178.909)
Adição de intangível	(122)	-	(26.292)	(12.151)
Caixa líquido gerado pelas/aplicado nas atividades de investimento	**59.199**	**(67.836)**	**(210.450)**	**(80.184)**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento				
Pagamento Fee referente alteração societária	-	(16.402)	-	(16.402)
Aumento de capital	-	11.000	-	13.809
Aumento de reserva de capital	-	729.954	-	729.954
Mútuos passivos - captação	39.222	23.922	8.207	5.326
Mútuos passivos - pagamento principal	(79.748)	(54.045)	(6.146)	(6.256)
Notas promissoras - pagamento Principal	-	-	(1.049)	(1.900)
Debêntures - pagamento principal	-	(96.991)	(29.169)	(121.650)
Empréstimos e financiamentos - captação	-	35.006	158.348	187.681
Empréstimos e financiamentos - pagamento principal	(30.019)	(12.438)	(174.299)	(417.469)
Passivo de arrendamento	(239)	(262)	(9.259)	(7.159)
Dividendos pagos	(271.362)	(340.335)	(296.308)	(378.861)
Caixa líquido aplicado nas/gerado pelas atividades de financiamento	**(342.146)**	**279.411**	**(349.605)**	**(12.927)**
(Redução Líquida)/Aumento líquido do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa	**(34.800)**	**33.095**	**(1.014)**	**147.591**
Caixas e equivalentes de caixa no início do exercício	46.902	13.807	284.011	116.420
Caixas e equivalentes de caixa no fim do exercício	12.102	46.902	282.997	264.011
Variação líquida do saldo de caixa e equivalentes de caixa	**(34.800)**	**33.095**	**(1.014)**	**147.591**

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Carlos Leal Villa
Presidente

Fernando Lima Rocha Lohmann
Conselheiro

Paul Richard Mitchener
Conselheiro

Alberico Machado Mascarenhas
Conselheiro

Olga Scarlatos Colpo
Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

Celso Pedroso
Diretor Presidente

Célia Maria Buschianeri Francisi Vasconcellos
Diretora Financeira e Gestão de Riscos

Patrícia Bicudo Barbosa
Diretora Jurídica e Compliance

Lucas Quintas Radel
Diretor de Desenvolvimento Organizacional e Gestão de Pessoas

CONTADOR

Marcio Aparecido Ultrila
Contador - CRC 1SP235229/O-2

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Solví Participações S.A. - São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Solví Participações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Solví Participações S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com esses normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Ênfases

Operação Gramacho originada na controlada indireta Guamá Tratamento de Resíduos Ltda.

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1.9 as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, que descreve que a Companhia e a suas controladas, direta e indireta, Revita Engenharia S.A e Guamá Tratamento de Resíduos Ltda., respectivamente, foram demunciadas pelo Ministério Público do Estado do Pará na Operação denominada Gramacho, onde se investiga o suposto crime ambiental ocorrido em janeiro de 2017, na Central de Processamento e Tratamento de Resíduos Urbanos – CPTR Muritiba (Aterro). Os assessores jurídicos da Companhia e de suas controladas entendem, também com base em laudos de especialistas em meio ambiente e saúde contratados, que tais denúncias carecem de sustentação probatória, portanto, não foi constituída provisão contábil para fazer face a esse assunto. Eventuais desdobramentos futuros decorrentes da Companhia poderão alterar adversamente suas demonstrações financeiras. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Atividades operacionais da controlada indireta Inova Gestão de Serviços Urbanos S.A.

Chamamos a atenção à Nota Explicativa nº 1.5a as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, que descreve que a controlada indireta Inova Gestão de Serviços Urbanos S.A. ("Inova") tem como objeto social a prestação de serviços de limpeza pública para o agrupamento nonoeste do município de São Paulo. O contrato de prestação de serviços da Inova junto à Secretaria Municipal de Serviços da Prefeitura Municipal de São Paulo foi encerrado em 1 de junho de 2019 e desde essa data a Inova encontra-se inativa, até que todos os trâmites necessários para o seu devido encerramento sejam concluídos, tendo os seus gastos e despesas ordinárias honrados com recursos próprios e não há planos da Administração de retomar as operações da Inova em futuro previsível. As demonstrações financeiras da Inova foram elaboradas levando em consideração que o pressuposto de continuidade não é apropriado e, portanto, as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Solví Participações S.A., no que diz respeito a esse investimento, devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Atividades operacionais da controlada indireta SBC Valorização de Resíduos Ltda.

Chamamos a atenção à Nota Explicativa nº 1.5b as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, que descreve que a controlada indireta SBC Valorização de Resíduos Ltda. (SBC) obteve outorga social o manejo e gestão dos resíduos sólidos do município de São Bernardo do Campo - SP. O contrato de prestação de serviços original foi rescindido amigavelmente e de forma antecipada, mediante ao Instrumento de Compromisso e Rescisão Contratual em 05 de julho de 2017, nesse mesmo instrumento foi ficou acordado que a SBC prestaria o serviço por até 180 dias. Em 26 de dezembro de 2017 foi prorrogado o Instrumento de Compromisso e Rescisão Contratual para mais 180 dias a contar de 01 de janeiro de 2018. Desde o final desse prazo, ocorrido em 30 de junho de 2018, a SBC encontra-se inativa e os seus gastos e despesas ordinárias estão sendo honrados com recursos próprios e não há planos de a Administração retomar as operações da SBC em um futuro previsível. As demonstrações financeiras da SBC foram elaboradas levando em consideração que o pressuposto de continuidade não é apropriado e, portanto, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Solví Participações S.A. no que diz respeito a esse investimento devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Reemissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de maio de 2021, emitimos relatórios de auditoria sem modificação sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Solví Participações S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020,, que ora está sendo reapresentado para considerar os assuntos descritos na nota explicativa 6.i(ii). Consequentemente, nossa opinião substitui a opinião anteriormente emitida. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação dos valores recuperáveis dos unidades geradoras de caixa que contêm ágio por expectativa de rentabilidade futura

Veja as notas explicativas 6.b e 18 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Principal assunto de auditoria

Os balanços patrimoniais individual e consolidado em 31 de dezembro de 2020 apresentam saldo de *Ágio (Goodwill)* cuja realização está suportada por expectativa de rentabilidade futura baseada no plano de negócios preparado pela Companhia e suas controladas. Conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), a Companhia e suas controladas avaliam a existência de indicadores que resultariam na necessidade de provisão para redução ao valor recuperável de seus ativos não-circulantes, tais como os ágios, ativos fixos e outros ativos intangíveis, incluindo os ágios decorrentes de investimentos em controladas e controladas em conjunto. Os ágios são descontados das UGCs, elaborados por especialista contratado pela Companhia e suas controladas, que consideram julgamentos significativos e uso de premissas de mercado e específicas, que incluem (i) crescimento da receita, (ii) margens operacionais e (iii) taxas de desconto aplicadas aos fluxos de caixa futuros projetados.

Devido à relevância do valor desse ativo, ao julgamento inerente ao processo de determinação das estimativas de fluxos de caixa futuros descontados, e considerando o impacto que eventuais alterações das premissas, poderiam gerar nos valores registrados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria tratou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:

(i) Avaliação do desenho dos controles internos que existentes no processo de análise do valor recuperável do ágio.

(ii) Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, analisamos as premissas significativas e as metodologias utilizadas pela Companhia e suas controladas, incluindo a taxa de desconto adotada, e avaliamos a consistência dos dados, comparando-os com informações de mercado disponíveis, com o desempenho efetivo e com previsões anteriores, bem como avaliamos a análise de sensibilidade das premissas mais significativas efetuada pela Companhia e suas controladas, com o objetivo de identificar em quais situações os fluxos de caixa descontados resultariam em valores recuperáveis iguais ou menores que seu valor contábil.

(iii) Avaliamos se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram as informações relevantes.

Com base na evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que, no tocante à sua recuperabilidade, o saldo de ágio por expectativa de rentabilidade futura, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Provisão para fechamento e pós fechamento de aterro sanitário

Veja as notas explicativas 6.k e 25.b das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Principal assunto de auditoria

Como consequência das operações de suas controladas, e visando a minimização dos impactos ambientais de aterro, as controladas da Companhia mantêm em obrigações para restaurar e mabilizar o meio ambiente após o fechamento de aterro sanitário, bem como ao longo de um período de 20 anos após o seu fechamento. Estimar os custos associados a estas atividades futuras exige considerável julgamento em relação a fatores como custo de execução da cobertura final do aterro, definição no licenciamento ambiental realizado, para as obrigações de pós fechamento, tipo de cobertura e demolição de instalações e equipamentos utilizados quando da operação do aterro, atividades a serem realizadas após o fechamento, bem como em relação a determinadas despesas econômicas como custo do tratamento de percolado, custo do tratamento do sistema de coleta e tratamento do biogás e manutenção da infraestrutura existente.

Devido à relevância do processo de fechamento e pós fechamento de aterro sanitário e ao nível de julgamento para a determinação da sua estimativa que pode impactar o valor dessa provisão nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto como significativo para a auditoria.

Como nossa auditoria tratou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:

(i) Avaliação do desenho dos controles internos que existentes no processo de reconhecimento e mensuração da provisão para fechamento e pós fechamento de aterro sanitário.

(ii) Avaliamos a razoabilidade e consistência do modelo utilizado das principais premissas adotadas para mensuração dos custos associados, como, cobertura final do aterro e custo de tratamento do percolado, entre outros;

(iii) Efetuamos a conferência aritmética dos cálculos das estimativas, inclusive confrontando com as informações contábeis e relatórios gerenciais;

(iv) Avaliamos se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram as informações relevantes

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que o saldo da provisão para fechamento e pós fechamento de aterro sanitário, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS e cuja apresentação não é requerida a uma sociedade anônima de capital fechado, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas operarem, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro da sua perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados de circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam lançar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria suficiente e apropriada quanto à informação financeira das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossa auditoria.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 30 de abril de 2021

Auditores Independentes
CRC 2SP011442/O-6

Marcos Antonio Borcolo
Contador CRC 1SP189789/O-0

"AS NOTAS EXPLICATIVAS EM SUA ÍNTEGRA, ENCONTRAM-SE À DISPOSIÇÃO NA SEDE DA COMPANHIA E NO SITE: https://www.solvi.com/demonstracoes-financeiras".

RIO GRANDE SECURITIZADORA S/A
(Em constituição)
Extrato da Ata da Assembleia Geral de Constituição de Sociedade Anônima e Estatuto

Em 06/05/2021, às 11:00 horas, na sede social, localizada na cidade de Sorocaba/SP: **Presença de Acionistas**: Estiveram presentes todos os Acionistas, a saber, Sr. **Daniel Masaharu Giotoku** e Sr. **Paulo Cesar Isquierdo**, que representam a totalidade do capital social da empresa ora constituída, conforme as assinaturas apostas na Lista de Presença e no Boletim de Subscrição das quotas, representando assim, 100% do Capital Social votante. **Mesa**: Presidente, Sr. **Daniel Masaharu Giotoku** e Secretário, Sr. **Paulo Cesar Isquierdo**. **Publicações:** Os acionistas foram convocados por Carta Convite, entregue em 06/04/2021, estando assim dispensada a convocação por Edital. **Deliberações:** 1) **Leitura e aprovação da minuta do Estatuto Social**: Dando início aos trabalhos, o Sr Presidente solicitou a mim que procedesse a leitura da minuta do Estatuto Social para os presentes. Terminada a leitura, o Sr. Presidente da Mesa submeteu-a à discussão e votação, o que resultou em sua aprovação unânime pelos presentes. **2) Subscrição e Integralização das Ações** - Foi aprovada a subscrição do Capital Social da Companhia, nos seguintes termos: **Boletim de Subscrição I** - a) Nome: **Daniel Masaharu Giotoku**, RG nº 38.899.274-8 SSP/SP e CPF nº 356.255.318-89, e **Paulo Cesar Isquierdo**, RG nº 13.812.118-0 SSP-SP e CPF nº 046.534.048-28. **Ações subscritas**: 50.000 ações ordinárias nominativas com direito a voto, com valor nominal de R$ 1,00 cada uma. **Percentual de integralização das Ações:** 100%. **Distribuição por subscritor:** - Daniel Masaharu Giotoguo, com 70% das ações e Paulo Cesar Isquierdo, 30% das ações. **Eleição dos Membros da Diretoria e definição da remuneração global dos Diretores** - Os acionistas aprovaram a eleição dos: **a) Daniel Masaharu Giotoku**, como **Diretor Presidente** da Companhia e o Sr. **Paulo Cesar Isquierdo, Diretor de Relação com Investidores** da Companhia, todos com mandato de 03 anos, iniciando nesta data de 06/05/2021 e estendendo-se até 05/05/2024. Aprovar a remuneração global anual de até R$ 26.400,00 para os membros da Diretoria, cuja distribuição será deliberada nos termos do Estatuto Social da Companhia; **Definição dos periódicos nos quais serão efetuadas as publicações legais** - Os acionistas decidiram que as publicações dos atos da Companhia, serão realizadas no "DOE/SP" e no periódico "Jornal O Dia". **Aprovação do endereço da sede social da Companhia** - Rua Thadeu Grembecki, nº 73, Sala 4, Jardim Prestes de Barros, CEP 18021-206, na cidade de Sorocaba/SP. **Descrição da integralização do capital social** - Foi declarado que o capital social de R$ 50.000,00, encontra-se integralmente subscrito e integralizado neste ato. Sorocaba/SP, 06/05/2021. Presidente da Mesa, Sr. **Daniel Masaharu Giotoku** e Secretário, Sr. **Paulo Cesar Isquierdo**. **JUCESP** nº 353005705-7 em 01/06/2021. Gisele Simiema Ceschin - Secretária Geral.

EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO 0011100-88.2012.8.26.0009. A Mmª. Juíza de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional III Vila Prudente, Dra. Fabiana Pereira Rozpara, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a **ROMMER MULTIMARCAS LTDA**, CNPJ 55.005.847/0001-50, que **CRISTINA LOURENÇO NANARTONIS** lhe ajuizou **EXECUÇÃO**, objetivando a quantia de R$52.173,15 (atualizado até 11/12/2018), representado pelo instrumento particular de confissão de dívida datado de 11/05/2012. Estando a executada em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 03 dias, a fluir dos 20 dias supra, pague o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embargue ou reconheça o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês. Outrossim fica a executada intimada do ARRESTO procedido no rosto dos autos nº 0000509-48.2010.5.02.0082, em trâmite perante a 82ª Vara do Trabalho do Estado de São Paulo, sendo o crédito a que faça jus a parte aqui executada até o limite da satisfação da obrigação, sendo este de R$52.173,15 (atualizado até 11/12/2018), bem como do prazo de **10 dias** para eventual impugnação. No caso de revelia, será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 04 de fevereiro de 2021.

09 - 10 e 11/06

EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO - PRAZO DE 10 (VINTE) DIAS. PROCESSO Nº 1009651-66.2016.8.26.0100. A MMa. Juíza de Direito da 20ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dra. Elaine Faria Evaristo, na forma da lei, etc. FAZ SABER a LOJAS MARTINS COMERCIAL LTDA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 45.995.964/0001-64, que JULIO RODRIGUES DOS SANTOS, inscrito no CPF nº 057.238.668-00, que BANCO BRADESCO S/A ajuizou uma ação de Execução de Título Extrajudicial, alegando em síntese: cobrança da quantia de R$ 96.362,06 (11/2018), referente a operação bancária realizada por Cédula de Crédito Bancário Empréstimo Capital de Giro nº 008.594.810. Encontrando-se os Executados em lugar incerto e não sabido, foi determinada a CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 03 dias, a fluir dos 20 dias supra, paguem o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou no prazo de 15 dias, embarguem ou reconheçam o crédito do Exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, poderão requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês. Outrossim, fica o Executado intimado da penhora de ativos financeiros, por meio do sistema BACENJUD, no valor de R$ 1.000,00 (11/2018). Não sendo contestada a ação, a requerida será considerada revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente, afixado e publicado na forma da lei. 08 e 09 / 06 / 2021

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1004774-57.2017.8.26.0003. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro Regional III - Jabaquara, Estado de São Paulo, Dr(a). Jomar Juarez Amorim, na forma da Lei, etc. Faz Saber a Transporte Fernando Tavares Lda (CNPJ: 10.225.858/0001-58) e Fernando Tavares da Silva (CPF: 220.195.326-79, que Banco Bradesco S/A lhes ajuiza **Ação de Busca e Apreensão, convertida em ação de Execução**, objetivando a quantia de R$ 35.414,76 (novembro de 2019), representada pelo Contrato de Financiamento Nº 3471180621 para Aquisição de Bens, garantido por Alienação Fiduciária, celebrado em 04/10/2013. Estando os executados em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 03 dias, a fluir dos 20 dias supra, paguem o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embarguem ou reconheçam o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de converter-se em penhora o arresto procedido sobre seu veículo. Não sendo contestada a ação, a requerida será considerada revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente, afixado e publicado na forma da lei. 08 e 09 / 06 / 2021

Five Trihlos - Administração e Participações S.A.
CNPJ 31.536.951/0001-03 - NIRE 35.300.521.382 - Companhia Fechada
Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2021

1. Data, Hora e Local: 20.04.2021, às 16h00, na sede social da Five Trihlos - Administração e Participações S.A. ("Companhia"), localizada na Avenida Chedid Jafet, nº 222, Bloco B, 4º andar, sala 5, Vila Olímpia, 04551-065, São Paulo/SP. **2. Presença**: Foram verificadas as formalidades exigidas pelo artigo 127 da Lei nº 6.404/76 ("LSA"), constatando-se a presença da acionista representando a totalidade do capital social, conforme se verifica da assinatura constante e aposta no "Livro de Registro de Presença de Acionistas". **3. Convocação**: Dispensadas as avisos em face da presença da acionista detentora da totalidade do capital social, nos termos do § 4º, do artigo 124 da LSA. **4. Publicações Prévias**: O Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração do Resultado Abrangente, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, as Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes, referente ao exercício social encerrado em 31.12.2020, foram publicados no dia 1º.04.2021, no Diário Oficial do Estado de São Paulo, página 166, e no Jornal "O Dia" (São Paulo), página 16. **5. Mesa:** Presidente: Luis Augusto Valença de Oliveira e Secretário: Roberto Vollmer Lubarthe. **6. Ordem do Dia:** **(i)** Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 31.12.2020; **(ii)** Deliberar sobre o encaminhamento de capital da Companhia referente ao exercício de 2021; **(iii)** deliberar sobre a destinação dos resultados do exercício social encerrado em 31.12.2020; **(iv)** fixar a verba global para a remuneração dos administradores, nos termos do artigo 152 da LSA; **(v)** Deliberar sobre a indicação do Conselho Fiscal; e **(vi)** tomar conhecimento da renúncia do Senhor Igor de Castro Camillo, ao cargo de membro efetivo do Conselho de Administração e aprovar a eleição de seu respectivo substituto. **7. Deliberações**: A Acionista detentora da totalidade do capital social da Companhia aprovou: **(i)** A lavratura da presente ata sob a forma de sumário, como faculta o artigo 130, § 1º, da LSA e a dispensa da leitura dos documentos referidos no artigo 133 da LSA; **(ii)** O Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração do Resultado Abrangente, a Demonstração das Mutações do Patrimônio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, as Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2020, publicados conforme o item "Publicações Prévias" acima, já lhe acompanhado o Parecer dos Auditores Independentes, sem ressalvas feito pela Auditores Independentes datado de 31.03.2021; **(iii)** O orçamento de capital para o exercício de 2021, no valor de R$ 1.000.000,00; **(iv)** Considerando as Demonstrações Financeiras da Companhia aprovadas no item (ii) supra, que o "Resultado do Exercício" da Companhia no exercício social encerrado em 31.12.2020, no montante de R$ 8.947.250,85, tenha a seguinte destinação: **a)** Constituição de Reserva Legal no montante de R$ 447.362,54,

Igaraçu S/A Administração e Participações

CNPJ: 00.491.010/0001-77

Balanço Patrimonial Societário (em R$) 31 de dezembro de 2019

Balanço Patrimonial	2019	2018
Ativo Circulante		
Ativo não Circulante	**1.385.189,15**	**1.494.703,51**
Realizável a Longo Prazo		
Créditos Igaraçu Auto Posto	-	11.902,71
Créditos Igaraçu Corretora	-	54.115,27
Créditos Igaraçu Indústria e Comércio	1.366,54	1.366,54
Total Realizável a Longo Prazo	**1.366,54**	**67.384,52**
Investimentos		
Igaraçu Auto Posto	1.360.913,36	1.403.419,74
Outros Investimentos	2.729,42	2.729,42
Total Investimentos	**1.363.642,78**	**1.407.139,16**
Imobilizado		
Imobilizados	20.179,83	25.235,77
(-) Depreciação Acumulada	-	(5.055,94)
Total Imobilizado	20.179,83	20.179,83
Total Ativo	**1.385.189,15**	**1.494.703,51**

Passivo Circulante	2019	2018
Empréstimo Igaraçu Auto Posto Ltda	**12.474,79**	**1.300,00**
Crédito Acionistas para Futuro Aumento Capital	11.174,79	-
Imposto a recolher	1.300,00	1.300,00
Não Circulante		
Patrimônio Líquido	**1.372.714,36**	**1.493.403,51**
Capital Social	285.740,00	285.740,00
Reserva de Capital	1.768,05	1.768,05
Reserva de Lucros a Realizar	1.205.895,46	1.157.218,18
Resultado do Exercício	(120.689,15)	48.167,28
Total Passivo	1.385.189,15	1.494.703,51

Diretoria

José Aldo Torraca Junior - Diretor Presidente

Contador

Pedro Picolli - CRC - 1SP097573/O-2

Demonstração do Resultado do Exercício

	2019	2018
Receitas	-	66.778,58
Equivalência Patrimonial	-	66.778,58
Total Receitas	-	**66.778,58**
Custos e Despesas Operacionais		
Equivalência Patrimonial Negativa	43.496,38	-
Despesas Diversas	23.077,54	18.611,30
Total Despesas	**66.573,88**	**18.611,30**
Outras Despesas/Receitas Não Operacionais	**54.115,27**	-
Lucro Líquido do Exercício	**(120.689,15)**	**48.167,28**
Demonstração dos Lucros/Prejuízos Acumulados	**2019**	**2018**
Saldo Inicial Lucros/Prejuízo Acumulado	**48.167,28**	**124.266,15**
(+) Lucro ou Prejuízo do Ano	(120.689,15)	48.167,28
Lucro/Prejuízo total disponível	**(72.521,87)**	**172.433,43**
(-) Transferências Reservas		
(-) Reserva Legal	48.167,28	124.266,15
(=) Saldo de Lucros/Prejuízo Acumulado	**(120.689,15)**	**48.167,28**

Igaraçu S/A Administração e Participações

CNPJ: 00.491.010/0001-77

Balanço Patrimonial Societário (em R$) 31 de dezembro de 2020

Balanço Patrimonial	2020	2019
Ativo Circulante		
Ativo não Circulante	**1.767.247,92**	**1.385.189,15**
Realizável a Longo Prazo		
Créditos Igaraçu Auto Posto	-	-
Créditos Igaraçu Corretora	-	-
Créditos Igaraçu Indústria e Comércio	1.366,54	1.366,54
Total Realizável a Longo Prazo	**1.366,54**	**1.366,54**
Investimentos		
Igaraçu Auto Posto	1.742.972,13	1.360.913,36
Outros Investimentos	2.729,42	2.729,42
Total Investimentos	**1.745.701,55**	**1.363.642,78**
Imobilizado		
Imobilizados	20.179,83	20.179,83
(-) Depreciação Acumulada	-	-
Total Imobilizado	**20.179,83**	**20.179,83**
Total Ativo	**1.767.247,92**	**1.385.189,15**

Passivo Circulante	2020	2019
Passivo Circulante	**24.630,53**	**12.474,79**
Empréstimo Igaraçu Auto Posto Ltda	23.330,53	11.174,79
Crédito Acionistas para Futuro Aumento Capital	-	-
Imposto Capital	1.300,00	1.300,00
Não Circulante		
Patrimônio Líquido	**1.742.617,39**	**1.372.714,36**
Capital Social	285.740,00	285.740,00
Reserva de Capital	1.768,05	1.768,05
Reserva de Lucros a Realizar	1.085.206,31	1.205.895,46
Resultado do Exercício	369.903,03	(120.689,15)
Total Passivo	**1.767.247,92**	**1.385.189,15**

Diretoria

José Aldo Torraca Junior - Diretor Presidente

Contador

Pedro Picolli - CRC - 1SP097573/O-2

Demonstração do Resultado do Exercício

	2020	2019
Receitas	-	-
Equivalência Patrimonial	382.058,77	-
Total Receitas	**382.058,77**	-
Custos e Despesas Operacionais		
Equivalência Patrimonial Negativa	-	(43.496,38)
Despesas Diversas	(12.155,74)	(23.077,54)
Total Despesas	**(12.155,74)**	**(66.573,88)**
Outras Despesas/Receitas não Operacionais	-	**(54.115,27)**
Lucro Líquido do Exercício	**369.903,03**	**(120.689,15)**
Demonstração dos Lucros/Prejuízos Acumulados	**2020**	**2019**
Saldo Inicial Lucros/Prejuízo Acumulado	**(120.689,15)**	**48.167,28**
(+) Lucro ou Prejuízo do Ano	369.903,03	(120.689,15)
Lucro/Prejuízo total disponível	**249.213,88**	**(72.521,87)**
(-) Transferências Reservas		
(-) Reserva Legal	-	48.167,28
(=) Saldo de Lucros/Prejuízo Acumulado	**249.213,88**	**(120.689,15)**

Pátio Itaim Paulista Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ: 15.432.125/0001-61

Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em Reais)

Balanços patrimoniais/Ativo	2020	2019
Circulante	**740.049**	**616.944**
Caixa e equivalentes de caixa	279.703	48.314
Contas a receber	288.129	393.545
Adiantamento a fornecedores	172.063	174.944
Impostos a Recuperar	154	140
Ativo não circulante mantido para venda	**48.095.770**	**48.095.770**
Não circulante	**29.865**	**29.865**
Tributos à recuperar	29.865	29.865
Total do ativo	**48.865.684**	**48.712.579**

Balanços patrimoniais/Passivo	2020	2019
Circulante	**2.429.106**	**2.907.854**
Fornecedores	47.578	87.156
Impostos e contribuições a recolher	1.658.026	1.959.007
Contas a pagar	723.502	861.692
Não circulante	**2.267.589**	**970.029**
Adiantamento de clientes	561.619	970.029
Impostos e contribuições a recolher	1.705.970	-
Patrimônio líquido	**44.168.989**	**44.834.696**
Capital social	64.752.440	61.668.982
Prejuízos acumulados	(20.583.451)	(16.834.286)
Total do passivo e patrimônio líquido	**48.865.684**	**48.712.579**

Demonstrações do resultado

	2020	2019
Despesas operacionais	**(2.429.106)**	**(1.152.019)**
Administrativas, comerciais e gerais	(2.093.859)	(590.859)
Despesas tributárias	(472.520)	(545.823)
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro	**(2.566.359)**	**(1.136.673)**
Despesas financeiras	(1.234.121)	(15.386)
Receitas financeiras	479	37
Prejuízo antes da provisão para o IR e a CS	**(3.800.001)**	**(1.152.019)**
Imposto de renda e contribuição social	-	-
Prejuízo do exercício	**(3.800.001)**	**(1.152.019)**
Prejuízo por ações	**(0,08)**	**(0,03)**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Capital social	Capital a integralizar	Total Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31.12.2018	59.767.405	-	59.767.405	(15.683.665)	44.083.740
Integralização de capital	2.035.383	(133.806)	1.901.577	-	1.901.577
Prejuízo do exercício	-	-	-	(1.152.019)	(1.152.019)
Ajuste exercícios anteriores	-	-	-	1.398	1.398
Saldos em 31.12.2019	61.802.788	(133.806)	61.668.982	(16.834.286)	44.834.696
Integralização de capital	5.307.355	(2.223.897)	3.083.458	-	3.083.458
Prejuízo do exercício	-	-	-	(3.800.001)	(3.800.001)
Ajuste exercícios anteriores	-	-	-	50.836	50.836
Saldos em 31.12.2020	67.110.143	(2.357.703)	64.752.440	(20.583.451)	44.168.989

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (em reais R$)

Balanço Patrimonial	2019	2018
Ativo / Ativo Circulante	**1.092.492**	**1.475.855**
Caixa e equivalente de caixa	816.848	1.166.944
Clientes e demais contas a receber	61.587	59.932
Impostos a recuperar	212.788	248.177
Outros ativos circulantes	1.269	-
Ativo não circulante	**2.088.400**	**2.201.600**
Propriedade para Investimento	2.088.400	2.201.600
Total do ativo	**3.180.892**	**3.676.455**

Passivo / Passivo Circulante	2019	2018
Passivo / Passivo Circulante	**19.911**	**20.353**
Fornecedores e outras obrigações	429	433
Tributos a Pagar	2.438	2.547
Imposto de Renda e CSLL a Recolher	16.849	17.373
Total do Passivo	**19.911**	**20.353**
Patrimonio Líquido	**3.170.977**	**3.656.100**
Capital Social	7.165.027	7.165.027
Reserva legal	233.005	233.005
Reserva de lucros	1.772.939	2.258.133
Total do passivo e do patrimônio líquido	**3.180.892**	**3.676.453**

Demonstração do Resultado do Exercício

Operações em continuidade	**2019**	**2018**
Receitas de aluguel	718.578	1.298.102
Lucro Bruto	**718.578**	**894.101**
Despesas gerais e serviços contratados	(14.359)	(18.317)
Outras despesas operacionais	(2.039)	(9.904)
Outras receitas operacionais	13.676	9.568
Lucro antes dos gastos financeiros, depreciações e impostos	**715.917**	**675.587**
Depreciação e amortização	24.908	26.426
Resultado antes das depreciações e impostos	**740.824**	**736.037**
Despesas financeiras líquidas	(103.208)	(103.208)
Resultado antes dos impostos sobre o lucro	**637.824**	**632.837**
Imposto de renda e contribuição sobre os lucros	(65.347)	(90.367)
Resultado Líquido do Exercício	**572.502**	**542.470**

Jose Fernando Gonçalves Fernandes - Administrador

Willians França Dias - Contador - CRC: 1-SP 229.726/O-2

Esta publicação vira atender os requerimentos dispostos na Deliberação JUCESP nº 02 emitida em 25 de março de 2015.
As demonstrações financeiras completas encontram-se disponíveis na sede da empresa.

CLARO PAY S.A.

CNPJ n º 34.674.543/0001-08 - NIRE 5.300.541.561

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 13 de Maio de 2021

1. Data, Hora e Local: Aos 13 dias de maio de 2021, às 11 horas, na sede da Claro Pay S.A. ("**Sociedade**"), localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Henri Dunant, nº 780, Torre 1b, 15º andar, parte, Santo Amaro, CEP 04709-110. **2. Convocação e Presenças:** Face à presença dos acionistas representando a totalidade do capital social da Sociedade, foram dispensadas as formalidades de convocação, de acordo com o Artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404/76 ("**LSA**"). **3. Mesa:** Presidente: Roberto Catalão Cardoso; Secretário: José Carlos Capdevile Whitaker Carneiro. **4. Ordem do Dia e Deliberações:** Por acionistas representando a totalidade do capital social da Sociedade, foram adotadas as seguintes deliberações e sem qualquer restrição ou ressalva: **4.1.** Autorizar que a lavratura da ata que se refere à presente Assembleia Geral Extraordinária seja feita sob a forma de sumário e que a sua publicação seja feita com a omissão das assinaturas dos Acionistas presentes, como facultam, respectivamente, os §§ 1º e 2º do Artigo 130 da LSA. **4.2.** Aprovar a alteração da denominação social da Sociedade, a qual passará a vigorar, a partir da presente data, sob a denominação social de **CLARO PAY S.A. - Instituição de Pagamento. 4.3.** Aprovar, em consequência da deliberação retro, a alteração do Artigo Primeiro do Estatuto Social da Sociedade, que passará a viger com a redação abaixo: "***Artigo Primeiro - A CLARO PAY S.A. - Instituição de Pagamento,*** *é uma sociedade anônima que se rege por este Estatuto Social e pelas demais disposições legais que lhe forem aplicáveis.*" **4.4.** Aprovar um aumento de R$ 1.100.000,00 (um milhão e cem mil reais), total mente subscrito e integralizado, com a emissão de 4.122.155 (quatro milhões, cento e vinte e dois mil, cento e cinquenta e cinco) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas subscritas individualmente pela sócia Claro Telecom Participações S.A. e neste ato integralizadas moeda corrente nacional, conforme Boletim de Subscrição anexo à presente ata como Anexo I. **4.4.1.** A acionista Telmex Solutions Telecomunicações S.A. expressamente confirma, por meio deste ato, seu renúncia ao direito de preferência na subscrição das novas ações da Companhia em benefício da sócia Claro Telecom Participações S.A., em observância aos termos do Artigo 171, §6º da Lei nº 6.404/76. **4.5.** Aprovar, em consequência da deliberação retro, a alteração do Artigo Quinto do Estatuto Social da Sociedade, que passará a viger com a redação abaixo: "***Artigo Quinto*** - O capital social é de 2.100.100,00 (dois milhões, cem mil e cem reais), total mente subscrito e integralizado, representado por 5.122.255 (cinco milhões, cento e vinte e dois mil, duzentos e cinquenta e cinco) ações, sendo todas ordinárias nominativas e sem valor nominal." **4.6.** Em face das deliberações retro, aprovar a consolidação do Estatuto Social que, devidamente rubricado, passa a integrar a presente ata na forma de seu Anexo II. **4.7.** Aprovar e autorizar a administração da Sociedade a praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações acima tomadas. **5. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, lavrou-se esta ata que, lida e aprovada, foi assinada pelos presentes. **A) Mesa:** Roberto Catalão Cardoso, Presidente; José Carlos Capdevile Whitaker Carneiro, Secretário. **B) Acionistas Presentes:** Claro Telecom Participações S.A. e Telmex Solutions Telecomunicações S.A., ambas representadas por seu Diretor, Sr. Roberto Catalão Cardoso. São Paulo, 13 de maio de 2021. Confere com o original, lavrado em livro próprio. **Secretário** - José Carlos Capdevile Whitaker Carneiro. **JUCESP** nº 252.129/21-0 em 27/05/2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral. **Anexo II: CLARO PAY S.A. - Instituição de Pagamento - Estatuto Social - Capítulo I - Da Denominação, Sede, Objeto e Duração: Artigo Primeiro - A CLARO PAY S.A. - Instituição de Pagamento,** é uma sociedade anônima que se rege por este Estatuto Social e pelas demais disposições legais que lhe forem aplicáveis. **Artigo Segundo:** A Sociedade tem sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Henri Dunant, nº 780, Torre B, 15º andar, parte, Santo Amaro, CEP 04709-110, podendo abrir filiais, agências ou escritórios por deliberação da diretoria. **Artigo Terceiro:** A Sociedade tem por objeto social: **(i)** exploração da atividade de instituidor de arranjo de pagamento, criando regras e procedimentos que disciplinam a prestação de serviço de pagamento; **(ii)** exploração da atividade de instituição de pagamento: **a.** disponibilizando serviço de aporte ou saque de recursos mantidos em conta de pagamento; **b.** executando ou facilitando a instrução de pagamento relacionada a determinado serviço de pagamento, incluindo transferências de fundos para uma conta de pagamento, seja de prestador de serviços de pagamento do usuário pagador ou de outro prestador de serviços de pagamento; **c.** emitindo instrumento de pagamento; **e.** executando remessa de fundos; e **f.** convertendo moeda fiscal ou escritural em moeda eletrônica, ou vice-versa credenciar a aceitação ou gerir o uso de moeda eletrônica. **(iii)** exploração da atividade de subcredenciadora, credenciando a aceitação de instrumento de pagamento, na qualidade de participante de arranjo de pagamento, por credenciamento de prestador de serviços de pagamento, que tenham por finalidade o fornecimento de instrumento de pagamento, sem participar do processo de liquidação das transações de pagamento como credor perante o emissor; **(iv)** antecipação de direitos creditórios; **(v)** a prestação de serviços de correspondente bancário; e **(vi)** serviços em geral na área de meios eletrônicos de pagamento. **Artigo Quarto:** A Sociedade terá prazo indeterminado de duração. **Capítulo II - do Capital: Artigo Quinto:** O capital social é de R$ 2.100.100,00 (dois milhões, cem mil e cem reais), totalmente subscrito e integralizado, representado por 5.122.255 (cinco milhões, cento e vinte e dois mil, duzentos e cinquenta e cinco) ações, sendo todas ordinárias nominativas e sem valor nominal. **Parágrafo Primeiro** - Cada ação corresponde a um voto nas deliberações sociais. **Parágrafo Segundo** - As ações provenientes de aumento de capital serão distribuídas entre os acionistas, no mesmo dia, por ocasião da Assembleia que deliberar o respectivo aumento de capital. **Parágrafo Terceiro** - Mediante deliberação e aprovação de acionistas representando a maioria do capital social, a Sociedade poderá adquirir as próprias ações para efeito de cancelamento ou permanência em tesouaria, sem diminuição do capital social, para posteriormente aliená-las, observadas as normas legais e regulamentares em vigor. **Parágrafo Quarto** - Os recursos mantidos nas contas de pagamento, nos termos do Artigo 12 da Lei 12.865/2013: **(i)** constituem patrimônio separado, que não se confunde com o patrimônio da Sociedade; **(ii)** não, respondem direta ou indiretamente por nenhuma obrigação da Sociedade, nem podem ser objeto de arresto, sequestro, busca e apreensão ou qualquer outra ordem de constrição judicial em função de débitos de responsabilidade da Sociedade; **(iii)** não podem ser dados em garantia de débitos assumidos pela Sociedade; e **(iv)** não comporão o ativo da Sociedade, para efeito falencia e recuperação judicial. **Capítulo III - Assembleia Geral: Artigo Sexto:** A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, nos 4 (quatro) primeiros meses após o encerramento do exercício social, e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem. **Parágrafo Primeiro** - A Assembleia Geral será presidida por acionistas ou diretor eleito no ato, que convocará, dentre os diretores ou acionistas presentes, o(s) secretário(s) dos trabalhos. **Parágrafo Segundo** - As deliberações das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias, ressalvadas as exceções previstas em lei e sem prejuízo do disposto neste Estatuto Social, serão tomadas por maioria absoluta de voto, não computando os votos em branco. **Capítulo IV - Administração: Artigo Sétimo:** A administração da Sociedade será exercida por um conselho de administração, composto de no máximo 10 (dez) membros, sendo 1 (um) Diretor de Contas de Pagamento, 1 (um) Diretor de Compliance e Risco e os demais Diretores sem designação específica, podendo ser acionistas ou não, mas residentes e domiciliados no País, cujo mandato se estenderá pelo prazo de 03 (três) anos, permitida a reeleição. Vencido o mandato, os diretores continuarão no exercício de seus cargos, até a posse dos novos eleitos. **Parágrafo Primeiro** - Os diretores não dependem de prestar caução e seus honorários serão fixados pela Assembleia Geral que os eleger. **Parágrafo Segundo** - A investidura dos diretores nos cargos far-se-á por termo lavrado no livro próprio. **Artigo Oitavo:** No caso de impedimento ocasional de um diretor, suas funções serão exercidas por qualquer outro diretor, indicado pelos demais. No caso de vaga, o indicado deverá permanecer no cargo até a eleição e posse substituto pela Assembleia Geral. **Artigo Nono:** Observados os limites dos tempos e atribuições de administração e gestão dos negócios sociais, poderão praticar todos os atos necessários para gerenciar a Sociedade e representá-la perante terceiros, em juízo ou fora dele, assim como a prática de todos os atos referidos no artigo nono competem a qualquer diretor, agindo isoladamente, ou a um ou mais procuradores, na forma indicada nos respectivos instrumentos de mandato. A nomeação de procuradores(s) dar-se-á pela assinatura isolada do(s) mandatário(s) por qualquer diretor, devendo os instrumentos de mandato especificarem os poderes conferidos aos mandatários e serem outorgados com prazo de validade não superior a um ano, exceto em relação ao procurações "*ad judicia*", as quais poderão ser outorgadas por prazo indeterminado. **Parágrafo Único** - Dependerão da aprovação de acionistas representando a maioria do capital social a prestação de avais, fianças e outras garantias em favor de terceiros. **Artigo Décimo Primeiro:** Compete a diretoria superintender o andamento dos negócios da Sociedade, praticando os atos necessários ao seu regular funcionamento. **Artigo Décimo Segundo:** Além das atribuições conferidas pela lei e estatuto social: **(i)** O Diretor de Contas de Pagamento será responsável pela administração de recursos de terceiros e pela realização de operações e atos inerentes aos mesmos de crédito, se aplicável; e **(ii)** O Diretor de Compliance e Risco será responsável: **a.** pelo cumprimento de normas, leis e regulamentos, nos termos do capítulo do artigo 19, da Circular do Banco Central do Brasil nº 3.681, de 4 de novembro de 2013; **b.** pela verificação do cumprimento das normas relativas à conta de pagamento do Sistema de Pagamentos Brasileiro do Banco Central do Brasil nº 3.680, de 4 de novembro de 2013; e, **c.** pela elaboração do Relatório de Resolução nº 4.433/2015, do Conselho Monetário Nacional, e do estatuto social da Sociedade; **d.** pelo cumprimento e aplicação das normas relativas ao compliance e PLD previstas na Circular do Banco Central do Brasil nº 3.978, de 23 de janeiro de 2020; **e.** pela aplicação da política de segurança cibernética da Sociedade e execução do plano de ação e de resposta a incidentes de segurança, nos termos do Artigo 32 da Circular do Banco Central do Brasil nº 3.909/2017. **Artigo Décimo Terceiro:** Nas matérias acima poderão ser atribuídas a outros Diretores da Sociedade, desde que respeitadas as vedações previstas em lei e nas normas do Banco Central do Brasil e que a atribuição não resulte em conflito de interesse. **Capítulo V - Conselho Fiscal: Artigo Décimo Terceiro:** A Sociedade terá um Conselho Fiscal, de funcionamento não permanente, quando instalado, devendo ser composto, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não. **Parágrafo Único** - Os membros do Conselho Fiscal serão eleitos pela Assembleia Geral Ordinária para um mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição. **Capítulo VI - Ouvidoria: Artigo Décimo Quarto:** A Sociedade constituirá e manterá Departamento de Ouvidoria para assegurar a estrita observância das normas legais e regulamentares relativas aos direitos do consumidor e atuar como canal de comunicação entre as instituições e os clientes e usuários de seus produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos. **Parágrafo Primeiro** - Constituem atribuições e atividades da Ouvidoria da Sociedade: **(i)** prestar atendimento de última instância demandas dos clientes usuários de produtos e serviços que não tiveram sido solucionados nos canais de atendimento primário da Sociedade; **(ii)** atuar como canal de comunicação entre a Sociedade e os clientes e usuários de seus produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos; **(iii)** informar à Diretoria a respeito das atividades da Ouvidoria; **(iv)** atender, registrar, instruir, analisar e dar tratamento formal e adequado às demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços; **(v)** prestar esclarecimentos aos demandantes acerca do andamento das demandas, informando o prazo previsto para resposta; **(vi)** encaminhar resposta conclusiva para a demanda no prazo previsto; **(vii)** manter a Diretoria informada sobre os eventuais ineficiências detectados no cumprimento de suas atribuições e sobre o resultado das medidas adotadas pelos administradores da Sociedade para solucioná-los; e **(viii)** elaborar e encaminhar à auditoria interna, ao comitê de auditoria, quando existente, e à Diretoria, ao final de cada semestre, relatório quantitativo e qualitativo acerca das atividades desenvolvidas pela Ouvidoria no cumprimento de suas atribuições. **Parágrafo Segundo** - O Ouvidor, que poderá ser o Diretor responsável pela Ouvidoria da Sociedade, será designado pela Diretoria, para mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição consoante os seguintes critérios: **(i)** ter reputação ilibada; **(ii)** não estar impedido por lei especial ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, pela ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública, a propriedade ou o Sistema Financeiro Nacional, ou a pena criminal que impossibilite o acesso a cargos públicos; **(iii)** formação compatível com o cargo de nível superior; **(iv)** amplo conhecimento das atividades desenvolvidas pelas instituições representadas e dos seus produtos, serviços, processos, sistemas e leis; **(v)** capacidade funcional de assimilar as questões que são submetidas à Ouvidoria, bem como as normas e determinações do Banco Central do Brasil e demais órgãos reguladores; e **(vi)** ter sido aprovado em processo de seleção realizado pela Diretoria, que poderá contar com o apoio de empresa especializada em recrutamento e seleção de executivos. **Parágrafo Terceiro** - O Ouvidor poderá ser destituído a qualquer tempo durante a vigência do seu mandato nas seguintes hipóteses: **(i)** descumprimento das obrigações inerentes ao seu cargo, ou de qualquer outra atribuição a ele atribuída; **(ii)** desempenho de outra atividade que possa caracterizar conflito de interesse; **(iii)** deixar de observar um dos requisitos previstos no Parágrafo anterior; **(iv)** em razão de demissão por justa causa; e **(v)** quando figurar em escândalos, indiciamentos, investigações criminais que causem ou possam causar potencial dano de imagem à Sociedade. **Parágrafo Quarto** - A Sociedade assume o compromisso de: **(i)** criar condições adequadas para o funcionamento da Ouvidoria, bem como para que sua atuação seja pautada pela transparência, independência, imparcialidade e isenção; e **(ii)** assegurar o acesso da Ouvidoria às informações necessárias para a elaboração de resposta adequada às demandas recebidas, com total apoio administrativo, podendo requisitar informações e documentos para o exercício de suas atividades no cumprimento de suas atribuições. **Capítulo VII - Disposições Gerais: Artigo Décimo Quinto:** O exercício social da Sociedade coincide com o ano civil, encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. Quando do encerramento do exercício social, a Sociedade preparará um balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras exigidas por Lei. **Artigo Décimo Sexto:** Os lucros apurados em cada exercício terão o destino que a Assembleia Geral lhes der, conforme recomendação da diretoria, depois de ouvido o Conselho Fiscal, quando em funcionamento, e depois de feitas as deduções determinadas em lei. **Artigo Décimo Sétimo:** Mediante decisão de acionistas representando a maioria do capital social, a Sociedade poderá preparar balanços intercalares a qualquer momento, a fim de determinar os resultados e distribuir lucros em períodos menores. **Artigo Décimo Oitavo:** A Sociedade distribuirá, como dividendo obrigatório em cada exercício social, o percentual mínimo previsto e ajustado nos termos da legislação aplicável. **Artigo Décimo Nono:** A Sociedade entrará em liquidação nos casos previstos em lei e/ou por deliberação da Assembleia Geral, com o quorum de acionistas representando a maioria do capital social, a qual determinará a forma de sua liquidação, elegerá os liquidantes e fixará a sua remuneração. **Artigo Vigésimo:** Qualquer ação entre os acionistas ou deles contra a Sociedade, baseada neste estatuto social, será proposta no foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo.

LAM VIAS PARTICIPAÇÕES E CONCESSÕES S.A.

CNPJ 29.206.383/0001-30

NIRE 353005110000-0 Companhia Fechada

CIAS DE PRIMEIRA

A Companhia informa que em 30 de abril de 2021, recebeu a carta de renúncia da Sra. **ERIKA NATSUMI MATSUMOTO**, ao cargo de Diretora sem designação específica da Companhia, com registro perante a JUCESP nº 252.260/21-1 em 01/06/2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Brasilata S.A. Embalagens Metálicas

CNPJ nº 61.186.680/0001-74 - NIRE 35300057074

Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 12/04/2021

Hora: 9:00. **Local:** Sede social - SP/SP. **Presença:** Totalidade do Capital Social. **Mesa:** presidente Sr. Tiago Helero Forte, Secretário: Alexandre Gonçalves. **Deliberações Preliminares:** Aprovaram exercício social findo em 31/12/2020, publicado no DOESP e o DIA em 1º/04/2021. Assembleia tomou conhecimento das contas dos administradores, e aprovou, por unanimidade de votos, as Demonstrações Financeiras exercício findo em 31/12/2020. Fica aprovado proposta de dividendos no valor de R$ 10.400.000,00, ficando ratificado o valor de dividendos pagos por antecipação conforme Ata de Reunião da Diretoria realizada em 05/10/2020 no valor de R$ 1.500.000,00. O Sr. Presidente colocou em discussão a deliberação acerca da remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria que, ficou aprovada em ata R$ 1.389.686,88, distribuída a critério de seus membros e de até R$ 3.840.215,41, a ser distribuída aos membros da Diretoria. Não houve outros assuntos em pauta. Nada mais a tratar encerrou-se os trabalhos. São Paulo, 12/04/2021. Alexandre Gonçalves - Secretário; Jucesp nº 172.318/21-6 em 20/04/2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária

EDITAL DE CITAÇÃO Processo Digital nº: 1023921-07.2019.8.26.0001 Classe: Assunto: Procedimento Comum Cível - Citação Para Pagamento - Cumprimento de Sentença Requerente: AYMORÉ CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A Requerido: Rodrigo Lucas Borges de Melo EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS PROCESSO Nº 1023921-07.2019.8.26.0001 O MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dr. Jorge Alberto Espósito de Sá e Souza, MM. Juiz de Direito, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a RODRIGO LUCAS BORGES DE MELO, CPF 424.631.398-23, que lhe foi proposta uma ação de Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária por parte de AYMORÉ CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A, alegando em síntese que, em virtude de inadimplemento, foi-lhe apreendido o veículo HYUNDAI, modelo SONATA 2.4 16V 180CV, Ano 2011/2012, Cor PRETO, Placa DTL8956, chassi KMHEC41CBCA335953. Apreendido o bem e estando o réu em lugar ignorado, foi determinada a sua CITAÇÃO por edital, para que em 05 dias, a fluir após os 20 dias supra, requerer a purgação da mora depositando, sob pena de consolidar-se propriedade e a posse plena do bem no patrimônio do autor (art. 3º, §1º do decreto lei 911/69, alterado pela lei 10.931/04), podendo, ainda, no prazo de 15 dias, após os 20 dias supra, contestar o feito, sob pena de confissão e revelia. Não sendo contestada a ação, se será considerada revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. São Paulo, 28 de maio de 2021. 08 e 09/06

EDITAL DE CITAÇÃO Processo Digital nº: 1029958-02.2020.8.26.0100 Classe: Assunto: Procedimento Comum Cível - Cláusula Penal Requerente: Serviço Social do Comércio - Sesc - Administração Regional Vara Cível do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr. Jorge Alberto Espósito de Sá e Souza, MM. Juiz de Direito, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a CLEAN COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME CNPJ/MF sob o nº 18.026.980/0001-30 que SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO-Sesc, Administração Regional, ajuizou ação de Cobrança de Cláusula Penal Compensatória c/c PEDIDO DE ALIENAÇÃO JUDICIAL DE BENS DE DANOS, objetivando, ao final, seja julgada totalmente PROCEDENTE, confirmando-se a tutela de urgência no que tange a obrigação de fazer bem como, para, condenar a Ré, ao pagamento, em favor do Autor, no valor de R$ 183.232,30, a ser corrigida monetariamente e acrescida de juros de mora desde a rescisão por culpa exclusiva da Ré (11/09/2018), além da condenação ao pagamento de custas bem como para que sua atuação seja pautada pela transparência, independência, imparcialidade e isenção; e **(ii)** assegurar o acesso da Ouvidoria às informações necessárias para a elaboração de resposta adequada às demandas recebidas, com total apoio administrativo, podendo requisitar informações e documentos para o exercício de suas atividades no cumprimento de suas atribuições. **Capítulo VIII - Disposições Finais: Artigo Décimo Primeiro:** Os casos omissos serão decididos pela Assembleia Geral, de acordo com a legislação societária aplicável. **Artigo Décimo Segundo:** Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0104617-38.2005.8.26.0001 A MM ª Juíza de Direito da 6ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dra. Cristina Cinto Ribeiro da Cunha Oliveira Conrado, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a CONFORS EQUIPAMENTOS DE LABORATÓRIO LTDA., CNPJ 57.402.216/0001-09 e ERICK TEIXEIRA BRANCO, que lhe foi proposta Execução de Título Extrajudicial por parte de BANCO DO BRASIL S/A, para cobrança da quantia de R$ 70.486,36 referente ao instrumento particular de confissão de dívidas firmado em 07/04/2000. Estando os executados em local ignorado, foi deferida a citação por edital, para que efetuem o pagamento da dívida no prazo de 03 dias, caso em que os honorários serão reduzidos pela metade, podendo também oferecer embargos à execução no prazo de 15 dias, contados na forma do art. 231, do NCPC. Alternativamente, no lugar dos embargos, mas diante o depósito de trinta por cento do valor total executado, poderá ser requerido o parcelamento do restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e de juros de um por cento ao mês (art. 916 do NCPC). Ficam os executados advertidos que a rejeição dos embargos, ou, ainda, o indimplemento das parcelas, poderá acarretar na elevação dos honorários advocatícios, multa em favor da

Queiroga diz em CPI que Brasil não está na terceira onda da pandemia

Em depoimento na terça-feira (8) à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia no Senado, o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, disse que o Brasil não vive uma terceira onda da pandemia. Ao ser questionado sobre a possibilidade de o país entrar em uma nova onda de contaminação, o ministro disse que o clima e a falta de isolamento social contribuem para a circulação do vírus e a alta de mortes em alguns estados.

"Ainda não está caracterizada uma terceira onda", disse Queiroga. "Estamos na segunda onda em um platô elevado de casos", acrescentou.

Dados do Ministério da Saúde mostram que o país registra 16.984.218 casos acumulados de covid-19 e 474.414 óbitos.

Durante o depoimento na CPI, o ministro disse ainda que não há um médico infectologista em atividade no Ministério da Saúde. Ao ser questionado pelo relator, Renan Calheiros (MDB-AL), sobre o uso do chamado tratamento precoce, Queiroga disse considerá-lo ineficaz.

Renan Calheiros perguntou, então, por que o ministro não tirou do ar uma portaria do Ministério da Saúde, de agosto do ano passado, sobre o uso da cloroquina, hidroxicloroquina e azitromicina no tratamento de pacientes com sintomas leves de covid-19. Ao colegiado, o ministro respondeu que não vai retirar a nota do ar porque ela perdeu o efeito legal e que é um documento para a "história".

"Ela está no site, porque faz parte da história do enfrentamento à pandemia. Então, não vou retirar do site do Ministério da Saúde", disse. "Não é um ato administrativo, por isso não cabe revogação", acrescentou Queiroga.

O ministro também foi questionado sobre a demora em contratar a compra de mais 30 milhões de doses da vacina CoronaVac, produzida pelo Instituto Butantan, para o último trimestre deste ano, além das doses já encomendadas. Queiroga disse que dispensou a compra do imunizante por já ter a previsão de muitas doses de outras vacinas, como as da Pfizer e da AstraZeneca, no último trimestre do ano. O ministro também disse que prefere a ButanVac, ainda em fase inicial de estudos em seres humanos.

"Acho que a gente deve apostar numa vacina nacional. Vai sair por um custo menor, é uma promessa na tecnologia brasileira, de desenvolvimento do complexo industrial da saúde. Apesar de entendermos que a CoronaVac é uma boa vacina, já surgem questionamentos acerca de sua efetividade, mas não quero adentrar em conhecimento mais definitivo, porque falta evidência. Mas, por uma estratégia, o Ministério da Saúde pensa que investir na ButanVac seria a melhor opção, sem prejuízo de podermos adquirir essas 30 milhões de doses da CoronaVac também", disse.

O ministro também foi perguntado sobre o chamado "gabinete paralelo". O relator mostrou um vídeo de uma reunião no Palácio do Planalto, no qual o virologista Paolo Zanotto sugeriu a criação de um "gabinete das sombras" para tratar da resposta do governo à pandemia da covid-19.

Calheiros perguntou ao ministro se conhecia algumas das pessoas que comporiam o suposto gabinete e citou, entre os nomes, o próprio Zanotto, a médica Nise Yamaguchi, o empresário Carlos Wizard, o ex-assessor da Presidência Arthur Weintraub, e o deputado federal Osmar Terra (MDB-RS).

"Desconheço essa atuação em paralelo", disse Queiroga, que informou ainda ter encontrado apenas uma vez com a médica Nise Yamaguchi e que já recebeu Terra em seu gabinete. "Foi uma vez ao meu gabinete tratar sobre estudos sorológicos e, eventualmente, eu converso com ele. Mas nunca tratou comigo sobre tratamento precoce", afirmou.

Durante o depoimento, Queiroga foi questionado pelo senador Otto Alencar (PSD-BA), que também é médico, se havia lido as bulas das vacinas contra o coronavírus que tiveram uso autorizado em território nacional. O ministro disse não ter lido a documentação. O senador afirmou que a bula da vacina da Pfizer não recomenda a aplicação do imunizante em gestantes, autorizada pelo ministério.

"Lamento o senhor não ter lido a bula de todas as vacinas. O senhor é autoridade sanitária do Brasil, é exatamente o senhor que determina como devem ser aplicadas as vacinas", disse Alencar.

Após a pergunta, houve troca de acusações entre o ministro e o senador, que disse que o ministério está promovendo uma "pseudovacinação" no Brasil. Queiroga rebateu a afirmação e disse que a aplicação do imunizante não ocorre fora do bulário.

"A sociedade brasileira reconhece os esforços que estamos fazendo aqui e não aceito que isso seja desqualificado, um patrimônio da sociedade brasileira. Eu aplico 70 milhões de vacinas de Norte a Sul", disse Queiroga

Na sequência, o presidente da CPI, senador Omar Aziz (PSD-AM), suspendeu a reunião por alguns minutos para acalmar os ânimos. (Agencia Brasil)

PF cumpre mandados de prisão contra hackers suspeitos de atacar STF

A Polícia Federal (PF) deflagrou na manhã de terça-feira (8) a Operação Leet, em que cumpre mandados de prisão contra suspeitos de conduzir ataques cibernéticos contra os sistemas do Supremo Tribunal Federal (STF).

Ao todo, são cumpridos seis mandados de busca e apreensão e três de prisão temporária nas cidades de Itumbiara (GO), Bragança Paulista (SP), Belém do São Francisco (PE), Jaboatão dos Guararapes (PE) e Olinda (PE).

Entenda

Em 3 de maio, técnicos do Supremo identificaram atividades suspeitas no portal do tribunal e derrubaram os sistemas da Corte, incluindo o site oficial, que ficou diversos dias fora do ar. Com isso, uma série de serviços, incluindo o acompanhamento de andamentos processuais, ficaram inacessíveis, o que levou a uma suspensão de prazos processuais por 48 horas.

À época, o STF divulgou nota afirmando ter identificado "acessos fora do padrão" a seus sistemas, mas não confirmou tratar-se de um ataque. Uma investigação sigilosa foi então conduzida pela PF, que agora disse, em nota, ter identificado a prática de crimes cibernéticos.

"No curso do inquérito policial foram identificados os endereços de onde partiram os ataques, bem como as pessoas que, de forma sistemática e organizada, praticaram os crimes ora apurados", diz texto divulgado pela PF. O órgão acrescentou que, com as provas eventualmente colhidas na terça-feira (8), "busca-se identificar demais partícipes e circunstâncias dos atos criminosos".

Os envolvidos podem vir a responder por crime de invasão de dispositivo informático, previsto no Artigo 154-A do Código Penal, cuja pena vai de um a quatro anos de reclusão, além de multa.

O termo Leet, que dá nome à operação, se refere a uma forma de comunicação pela internet que utiliza símbolos para substituir letras e que, com o uso, tonou-se uma espécie de dialeto online. Esse tipo de linguagem costuma ser utilizada por diferentes grupos, incluindo hackers. Uma das teorias é de que essa linguagem tenha surgido para driblar filtros de texto em fóruns online. (Agencia Brasil)

Menos de 30% comparecem a unidades de saúde para tomar vacina da gripe

Menos de 30% do público-alvo compareceu a um posto de saúde para tomar a vacina de gripe este ano. A 2ª fase da Campanha Nacional de Vacinação contra a Influenza 2021 terminou na terça-feira (8) com 23 milhões de doses aplicadas, para um total de 79,7 milhões de pessoas aptas a receber a vacina.

O foco da 2ª fase era imunizar idosos com mais de 60 anos e professores. Foram contempladas 15,3 milhões de pessoas – menos da metade das 33 milhões esperadas pelo Ministério da Saúde.

Até o momento, foram distribuídas 58,3 milhões de doses. O grupo mais atendido foi o de idosos (9,9 milhões de doses), seguido por crianças (8,3 milhões), trabalhadores da saúde (2,3 milhões), gestantes (978 mil) e professores (836 mil).

A cobertura vacinal por segmentos foi mais ampla em crianças (52,3%), puérperas (50,9%) e gestantes (45,8%). Na comparação entre unidades da Federação, as melhores coberturas vacinais foram registradas no Distrito Federal (104%), em Sergipe (33,8%), no Piauí (34,3%), em Minas Gerais (34,2%) e na Paraíba (34,1%).

A campanha foi iniciada em 12 de abril. A 1ª fase teve como foco crianças entre 6 meses e 6 anos, povos indígenas, trabalhadores da área da saúde, gestantes e mulheres puérperas (que estão no período de até 45 dias após o parto).

A 1ª fase foi encerrada em 10 de maio. Na ocasião, foram vacinados 8% do público-alvo.

A partir desta quarta-feira (9) tem início a 3ª fase da campanha vacinação contra a Influenza que pretende imunizar cerca de 22 milhões de pessoas até 9 de julho. Compõem esse público-alvo integrantes das Forças Armadas, de segurança e de salvamento; pessoas com comorbidades, condições clínicas especiais ou com deficiência permanente; caminhoneiros; trabalhadores de transporte coletivo rodoviário; trabalhadores portuários; funcionários do sistema de privação de liberdade; população privada de liberdade; e adolescentes em medidas socioeducativas. (Agencia Brasil)

STF julga na quinta ações contra realização da Copa América no Brasil

O Supremo Tribunal Federal (STF) vai julgar na quinta-feira (10) duas ações protocoladas na Corte contra a realização da Copa América 2021 no país. A análise do caso será feita após pedido de urgência da relatora, ministra Cármen Lúcia.

A competição de futebol terá início no próximo domingo (13), no Estádio Mané Garrincha, em Brasília, com a partida de abertura entre Brasil e Venezuela.

O julgamento será realizado virtualmente, modalidade na qual os ministros apresentam seus votos pelo sistema eletrônico sem se reunirem presencialmente. A sessão terá início à meia-noite.

Estarão em pauta ações protocoladas pelo PSB e pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos (CNTM). As entidades alegam que haverá aumento da propagação da covid-19 durante a competição.

Na semana passada a Confederação Sul-Americana de Futebol (Conmebol), entidade responsável pelo torneio, confirmou que o evento será realizado no Brasil após a Argentina ter informado que não tem condições de realizá-lo em razão da piora nos casos de covid-19. A Copa América será realizada entre 13 de junho e 10 de julho.

Na segunda-feira (7), o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, anunciou que a competição terá um protocolo de segurança sanitária, incluindo testes moleculares de covid-19 nos atletas a cada 48 horas. Os jogos serão disputados sem público. (Agencia Brasil)

Brasil exporta menos carne, mas registra aumento de faturamento

As exportações brasileiras de carne bovina registraram queda nos cinco primeiros meses de 2021 em comparação a igual período do ano passado. Foram vendidas ao exterior, de janeiro a maio, 710.093 toneladas, 2,9% a menos do que o registrado no mesmo período de 2020, de 731.422 toneladas. No entanto, as vendas para o exterior tiveram um aumento de 2,2% no faturamento, de US$ 3,2 bilhões no acumulado de 2021 ante US$ 3,14 bilhões no mesmo período de 2020.

Os dados, divulgados na terça-feira (8) pela Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec), são da Secretaria de Comércio Exterior (Secex), do Ministério da Economia.

A China segue como o principal destino das exportações de carnes brasileiras, tendo recebido 317.081 toneladas entre janeiro e maio, um aumento de 10,4% em relação às 287,2 mil toneladas embarcadas nos primeiros cinco meses do ano passado. O faturamento no período cresceu 5,4% e chegou a US$ 1,5 bilhão.

O volume embarcado para os Estados Unidos também aumentou no período e ficou em 33.800 toneladas, alta de 165,6%, enquanto o faturamento aumentou 149% e atingiu US$ 250,7 milhões. (Agencia Brasil)

MAURICIO PICAZO GALHARDO

MOVIMENTO

O desembolso do crédito rural atingiu R$ 233,9 bilhões no período de julho de 2020 a maio de 2021, segundo o Balanço de Financiamento Agropecuário da Safra 2020/2021. O valor representa um aumento de 19%, comparativamente ao mesmo período da safra passada. Neste montante estão incluídos R$ 17,7 bilhões provenientes das contratações com a fonte LCA para desconto em CPR's e operações com a Agroindústria.

INVESTIMENTOS

A ministra Tereza Cristina (Agricultura, Pecuária e Abastecimento) participou dia (1º) do Fórum de Investimentos Brasil 2021. No painel "Os 3 I's da Agricultura: Inovação, Infraestrutura e Instrumentos Verdes", a ministra apresentou as ações do Governo Federal nessas áreas e destacou que o agro brasileiro está pronto para receber investimentos internacionais. "Invistam no agronegócio sustentável brasileiro. Essa decisão fará bem não apenas às suas finanças, mas ao meio ambiente, às pessoas e à saúde", disse a ministra.

PLANO SAFRA

O Congresso Nacional aprovou, o Projeto de Lei (PLN 04/2021), de fundamental importância para o setor agropecuário, uma vez que recompõe o orçamento destinado ao Plano Safra 2021/2022. A proposta abre crédito suplementar no valor de R$ R$ 19,768 bilhões para reforço de dotações da Lei Orçamentária vigente, e recompõe verbas relativas a despesas primárias reduzidas durante a tramitação do Projeto de Lei Orçamentária de 2021, com a inclusão de benefícios urbanos e rurais.

CÓDIGO FLORESTAL

A Sociedade Rural Brasileira promoveu um debate sobre os avanços e os desafios do novo Código Florestal, que está completando nove anos de aprovação. Esta edição do webinar chamado de "Conversa na Rural" contou com a participação do ex-ministro Aldo Rebelo, que foi o relator do projeto aprovado em 2012, o atual diretor de regularização ambiental do Serviço Florestal Brasileiro (SFB), João Francisco Adrien Fernandes, o sociólogo e produtor rural, Jovelino Mineiro e a presidente da SRB, Teresa Vendramini.

LEITE

O leite é um alimento completo. Fornece cálcio, é rico em proteína e contém inúmeros nutrientes, como o magnésio e a vitamina B12, que contribuem para a redução de diversas doenças. Dia, 1º de junho, a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) comemora o Dia Mundial do Leite. A bovinocultura de leite está presente em todos os municípios. De acordo com o Censo Agropecuário 2017, o Brasil possui 1.1 milhão de propriedades leiteiras. Juntas, produzem cerca de 35 bilhões de litros de leite por ano, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2019.

SEGURO RURAL

Neste ano, o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) terá R$ 976 milhões. Cerca de R$ 693 milhões (71% do total) serão liberados já em junho, e o restante, ou R$ 283 milhões, deverão ser liberados no segundo semestre. Os valores foram divulgados pelo Ministério da Agricultura. O volume está previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) aprovada pelo Congresso Nacional no mês de abril.

CONEXÃO

O coordenador técnico do Instituto CNA, Joaci Medeiros, participou, de um debate virtual sobre conectividade rural promovido pelo Ag Talks Evolution, uma iniciativa da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil em parceria com o Canal Rural para abordar questões sobre inovação tecnológica no campo. Dados do IBGE mostram que 72% das propriedades rurais do país (3,6 milhões) ainda estão off-line, ou seja, sem qualquer conexão com a internet. Em área, equivale a sete países da Europa.

ARMAZENAMENTO

Enquanto a capacidade instalada nas fazendas em países como Argentina, Canadá e Estados Unidos atinge patamares de 40%, 85% e 65% respectivamente, no Brasil este índice permanece próximo a 14% ao longo de 10 anos, como revela o Boletim Logístico publicado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Conforme o estudo, a maioria dos grãos, cerca de 60% estão depositados em armazéns localizados no meio rural. "Apesar dos desafios existentes, o Brasil ainda não se encontra em uma condição que se configura como gargalo.

POTÊNCIA AGRO

Brasil é o quarto maior produtor de grãos e o maior exportador de carne bovina do mundo, diz estudo. País responde por 50% do mercado de soja e alcançou, em 2020, o posto de segundo exportador de milho. O Brasil tem o maior rebanho bovino do mundo e é o maior exportador desta carne. Também se consolidou como o maior produtor de açúcar e café.

EDITOR

O jornalista Mauricio Picazo Galhardo tem 64 anos, é paulistano do bairro do Brás. Esteve por dois anos morando no exterior; na República Oriental do Uruguai, República do Paraguai e República Argentina. Em 2013 se interessou pelo setor do agronegócio, e agora tem esta coluna semanal de noticias do agronegócio em geral. Também é o autor do quadrinho semanal Agro-Cartoon, publicado no site: www.agro-cartoons.blogspot.com.br. Email: mauricio.picazo.galhardo@gmail.com